Outubro 2023

Testes de Mísseis Antissatélite de Ascensão Direta: Posições dos Estados sobre a Moratória, Resolução da AGNU e Lições para o Futuro

Por Ching Wei Sooi

SECURE WORLD FOUNDATION

SWISS EXISTENTIAL RISK INITIATIVE

Sobre a Secure World Foundation

A Secure World Foundation (Fundação por um Mundo Seguro) esforça-se para ser uma fonte confiável e objetiva de liderança e informação sobre segurança espacial, sustentabilidade e utilização do espaço para o benefício da Terra. Usamos uma visão global e pragmática para estudar e avaliar as soluções propostas para melhorar a governança do espaço exterior. Embora reconhecendo as complexidades do ambiente político internacional, a SWF trabalha para encorajar e construir relações com todas as partes interessadas nas atividades espaciais, incluindo atores governamentais, comerciais, militares, da sociedade civil e académicos. No centro desta abordagem está o aumento do conhecimento sobre o ambiente espacial e a necessidade de manter a sua estabilidade, promovendo a cooperação e o diálogo internacionais e ajudando todos os atores espaciais a perceberem os benefícios que as tecnologias e capacidades espaciais podem proporcionar.

Sobre a Swiss Existential Risk Initiative

A Swiss Existential Risk Initiative (Iniciativa Suíça para o Risco Existencial) é comprometida em reduzir os riscos catastróficos existenciais e globais, particularmente os associados às tecnologias emergentes. Orientamos e apoiamos estudantes e jovens profissionais que partilham a nossa paixão por este importante domínio. Desde 2021, oferecemos uma bolsa de investigação anual para apoiar a próxima geração de talentos. Trabalhando com as partes interessadas da academia, indústria, governo e ONGs, estamos fortalecendo os esforços de colaboração para enfrentar esses desafios urgentes. Ao reunir mentes, visamos um futuro mais seguro para todos.

Imagem da Capa

Crédito da Imagem: NASA

Doc. #PP24.0XX

Última Atualização: Outubro de 2023

ESCANEIE PARA RECEBER ALERTAS SOBRE NOVAS PUBLICAÇÕES DA SWF

Nos siga nas nossas redes sociais

Outubro 2023

Testes de Mísseis Antissatélite de Ascensão Direta: Posições dos Estados sobre a Moratória, Resolução da AGNU e Lições para o Futuro

Sumário Executivo

O tema dos ensaios destrutivos de DA-ASAT recentemente tornou-se muito importante. Em abril de 2022, os Estados Unidos anunciaram uma moratória unilateral, comprometendo-se a deixar de testar mísseis destrutivos antissatélite de ascensão direta. No mês seguinte, em maio de 2022, começaram os debates sobre esta e outras questões relacionadas no âmbito do Open-Ended Working Group (Grupo de Trabalho Aberto) da Organização das Nações Unidas sobre a Redução das Ameaças Espaciais através de Normas, Regras e Princípios de Comportamento Responsável. Até esta data, seguiu-se uma série de outros compromissos nacionais, começando com o Canadá em maio de 2022 e, mais recentemente, com a Costa Rica e a Noruega em outubro de 2023, elevando o número total de Estados para 37.

Em 7 de dezembro de 2022, a United Nations General Assembly (Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas) adotou por esmagadora maioria a resolução A/RES/77/41 em apoio à moratória dos ensaios destrutivos de ASAT-DA. 155 Estados votaram a favor, com 9 contra e 9 abstenções. Os Estados Unidos, a Índia, a China e a Rússia são os únicos Estados que demonstraram ter capacidade destrutiva de mísseis antissatélite de ascensão direta e, no momento em que se escreve, nem a Índia, nem a China, nem a Rússia apoiam a moratória e a resolução.

Este relatório analisa questões fundamentais como: o que motivou a moratória e a resolução, as razões subjacentes ao seu apoio generalizado e porque é que mais Estados não se comprometeram com a moratória, apesar dos 155 votos a favor da resolução.

CONCLUSÕES DE ALTO NÍVEL INCLUEM:

- Um número significativo de Estados está preocupado com os ensaios destrutivos de ASAT-AD
- Uma grande ênfase nos detritos orbitais esteve presente ao longo desta iniciativa
- A diferença de priorização das preocupações entre as potências espaciais desenvolvidas (preocupações mais estritas de segurança) e as potências espaciais em desenvolvimento (detritos, acesso ao espaço e as devidas considerações nos termos do artigo 9 do TSO)

- O fator geopolítico subjacente aos votos não pode ser ignorado - em alguns casos, ultrapassando em importância o conteúdo da resolução
- Os Estados votantes contra a resolução invocam razões muito semelhantes
- Aspectos similares da resolução são citados como razões tanto para o apoio quanto para a oposição
    - *O caráter restrito da resolução*
    - *Geopolítica*
    - *Testes destrutivos anteriores de mísseis antissatélite de ascensão direta*
    - *O debate sobre normas versus instrumentos legalmente vinculativos*
- Os EUA lideraram esta iniciativa e o apoio de alguns Estados do Movimento Não Alinhado (NAM) foi fundamental para a aprovação generalizada da resolução
- A necessidade de os Estados em desenvolvimento disporem de maiores conhecimentos técnicos e jurídicos em relação aos efeitos dos testes destrutivos ASAT-AD e às implicações de um compromisso

AS RAZÕES DOS ESTADOS SEREM A FAVOR DA RESOLUÇÃO PODEM SER AGROUPADAS COMO:

- Apoio às Normas como um Mecanismo de Governança e/ou Elemento Constitutivo em direção a Iniciativa(s) Legalmente Vinculativa(s)
- Apoio a uma 'Abordagem Neutra em Termos de Capacidades'
- Apoia à Promoção da Transparência e Mecanismos de Geração de Confiança
- Aborda as Preocupações dos Estados em Desenvolvimento
- Diplomacia dos Estados Unidos
- Propícia Apesar do Caráter Limitado da Resolução
- Influências Geopolíticas
- Preocupação com Testes Destrutivos Prévios de Míssies Antissatélite de Ascenção Direta
- A Resolução Afeta Positivamente/Não Impacta Negativamente a Segurança Nacional

AS RAZÕES PELAS QUAIS OS ESTADOS SÃO CONTRA A RESOLUÇÃO PODEM SER AGRUPADAS COMO:

- Acreditam que os Instrumentos Legalmente Vinculativos devem ser o Primeiro Passo
- Suspeitas de 'Espada & Escudo'
- Retórica Moralizante
- Oposição Por Conta do Caráter Limitado da Resolução
- Influências Geopolíticas
- Preocupação e Suspeita quanto a Retóricas Passadas
- Preocupação com Testes Destrutivos Prévios de Míssies Antissatélite de Ascenção Direta
- A Resolução Afeta Negativamente/Não Melhora a Segurança Nacional

AS RAZÕES PELAS QUAIS OS ESTADOS SE ABSTIVERAM DA RESOLUÇÃO PODEM SER AGRUPADAS COMO:

- *Influências Geopolíticas*
- *Forte Preferência por Instrumentos Legalmente Vinculativos em relação a Medidas Não Legalmente Vinculativas*
- *Oposição Por Conta do Caráter Limitado da Resolução*
- *Outras*

Os resultados desta investigação indicam a emergência de um consenso crescente contra os ensaios destrutivos de mísseis antissatélite, com um ímpeto notável por trás desta iniciativa. Além disso, tendo em conta o elevado número de Estados a favor da resolução, parece haver um abrandamento da dicotomia entre as duas abordagens de normas versus instrumentos legalmente vinculativos na abordagem da segurança espacial. Em seguida, diversos entrevistados expressaram que a moratória e a resolução se tornaram extremamente politizadas. Em termos mais gerais, estão muito preocupados com o clima geopolítico adverso que exacerba os atuais impasses geopolíticos na prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior. Neste contexto, o presente relatório registra, no entanto, que a moratória parece estar ganhando um apoio significativo.

Além disso, os Estados em desenvolvimento atualmente carecem de conhecimentos técnicos e jurídicos abrangentes em duas frentes: os efeitos adversos dos testes destrutivos de ASAT-AD; e as implicações técnicas e jurídicas de assumir um compromisso. A falta de conhecimentos aprofundados tem sido apontada como uma das razões pelas quais mais Estados não anunciaram as suas próprias moratórias.

Acrônimos e Abreviações

AGNU Assembleia Geral das Nações Unidas

ASAT Antissatélite

COPUOS Committee on the Peaceful Uses of Outer Space
(Comitê para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior)

ILV Instrumento legalmente vinculativo

OEWG Open-Ended Working Group
(Grupo de Trabalho Aberto)

ONU Organização das Nações Unidas

MNA Movimento Não Alinhado

PAROS Prevention of an Arms Race in Outer Space
(Prevenção de uma Corrida Armamanetista no Espaço Exterior)

PPWT Prevention of the Placement of Weapons and Threat or Use of Force
(Prevenção da colocação de armas e da ameaça ou uso da força)

TCBM Transparency and Confidence Building Measures
(Medidas de Geração de Transparância e Confiança)

UE União Europeia

Table of Contents

Introduction 01

Figure 1: Timeline of Commitments vis-à-vis UN Processes 02

Figure 2: Voting on the Destructive DA-ASAT Testing Resolution 03

Methodology 04

Table 1: List of Questions 04

Findings 05

Table 2: National Positions Expressing Major Concern Over DA-ASAT Tests 05

Table 3: National Positions Expressing Lesser Concern Over DA-ASAT Tests 06

On the Destructive DA-ASAT Testing Moratorium 07

Table 4: National Positions on the DA-ASAT Testing Moratorium 07

Reasons States Voted For the Resolution 11

Table 5: Reasons States Voted For the Resolution 12

Reasons States Voted Against the Resolution 22

Table 6: Reasons States Voted Against the Resolution 23

Reasons States Abstained on the Resolution 30

Table 7: Reasons States Abstained on the Resolution 30

The Future of Destructive DA-ASAT Testing and the Broader International Space Governance Framework 33

Table 8: Thoughts on the Future 33

Concluding Analysis: Convergence and Divergence in State Positions 36

References 41

Acknowledgements 44

Introdução

Mais Estados do que nunca estão buscando o poder espacial: «o uso e negação de uso de milhares de máquinas na órbita da Terra... para fins de guerra, desenvolvimento e prestígio.[1] Consequentemente, mais Estados estão desenvolvendo capacidades contraespaciais. As capacidades contraespaciais «se referem a equipamentos, técnicas ou recursos que podem ser utilizados contra um objeto espacial ou um componente de um sistema espacial para deliberadamente o negar, perturbar, degradar, danificar ou destruir de forma reversível ou irreversível, de modo a obter vantagem sobre um adversário.[2] As armas antissatélite (ASAT) são «um subconjunto da tecnologia contraespacial [que] se concentra em atingir o satélite.[3] Outro subconjunto são as armas cinéticas ASAT de ascensão direta (ASAT-AD), o foco deste relatório.

As armas ASAT-AD são mísseis lançados da Terra para destruir satélites, cuja destruição produz uma enorme quantidade de detritos.[4] Os detritos gerados não podem ser subestimados. «Os testes históricos destas armas destrutivas contribuíram significativamente para a quantidade de detritos que existem em órbita, constituindo uma ameaça para todos os objetos no espaço... [representando] alguns dos mais significativos eventos geradores de detritos da história, que estão criando problemas para os satélites operacionais de hoje.[5] No momento em que se escreve, os testes destrutivos ASAT-AD foram realizados pelos Estados Unidos, Rússia, China e Índia. Para futura referência, a Secure World Foundation publicou um infográfico sobre as armas ASAT, a sua história e os detritos gerados.[6]

Embora o desenvolvimento e os testes destrutivos ASAT-AD remontem a 1959, desenvolvimentos significativos começaram recentemente a ocorrer em fóruns internacionais de alto nível, fornecendo o ímpeto oportuno para este relatório. As discussões sobre esta e outras questões relacionadas têm ocorrido no Grupo de Trabalho Aberto das Nações Unidas sobre a Redução das Ameaças Espaciais através de Normas, Regras e Princípios de Comportamentos Responsáveis (OEWG) desde maio de 2022. Pouco antes do OEWG, em abril de 2022, os Estados Unidos anunciaram uma moratória unilateral, comprometendo-se a deixar de testar mísseis destrutivos antissatélite de ascensão direta. Seguiu-se uma série de outros compromissos, começando pelo Canadá em maio de 2022 e terminando na União Europeia em junho de 2023 (Figura 1). Até esta data, o compromisso mais recente da Costa Rica e da Noruega eleva o número total de Estados para 37.

Em 7 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou por esmagadora maioria a resolução A/RES/77/41 em apoio à moratória dos testes destrutivos ASAT-AD. 155 Estados votaram a favor, com 9 contra e 9 abstenções (Figura 2). Os Estados que votaram contra são: *Bielorrússia, Bolívia, República Centro-Africana, China, Cuba, Irã, Nicarágua, Rússia e Síria*. Os Estados que se abstiveram são: *Índia, Laos, Madagascar, Paquistão, Sérvia, Sri Lanka, Sudão, Togo e Zimbábue*. Curiosamente, o Uganda absteve-se na votação do projeto de resolução, mas votou a favor da sua adoção; a República Centro-Africana votou a favor do projeto de resolução, mas contra a sua adoção; e a República Popular Democrática da Coreia conspicuamente não registrou qualquer voto,o que "foi incomum, uma vez que Pyongyang normalmente se esforça

1 Bleddyn E Bowen, Original Sin: Power, Technology and War in Outer Space (Oxford University Press, 2023) ('Original Sin').

2 Almudena Azcárate Ortega and Victoria Samson, A Lexicon for Outer Space Security (UNIDIR) <https://doi.org/10.37559/WMD/23/Space/05>.

3 Ibid.

4 Secure World Foundation, 'Anti-Satellite Weapons' (2022) <https://swfound.org/media/207392/swf-asat-testing-infographic-may2022.pdf>.

5 Ibid.

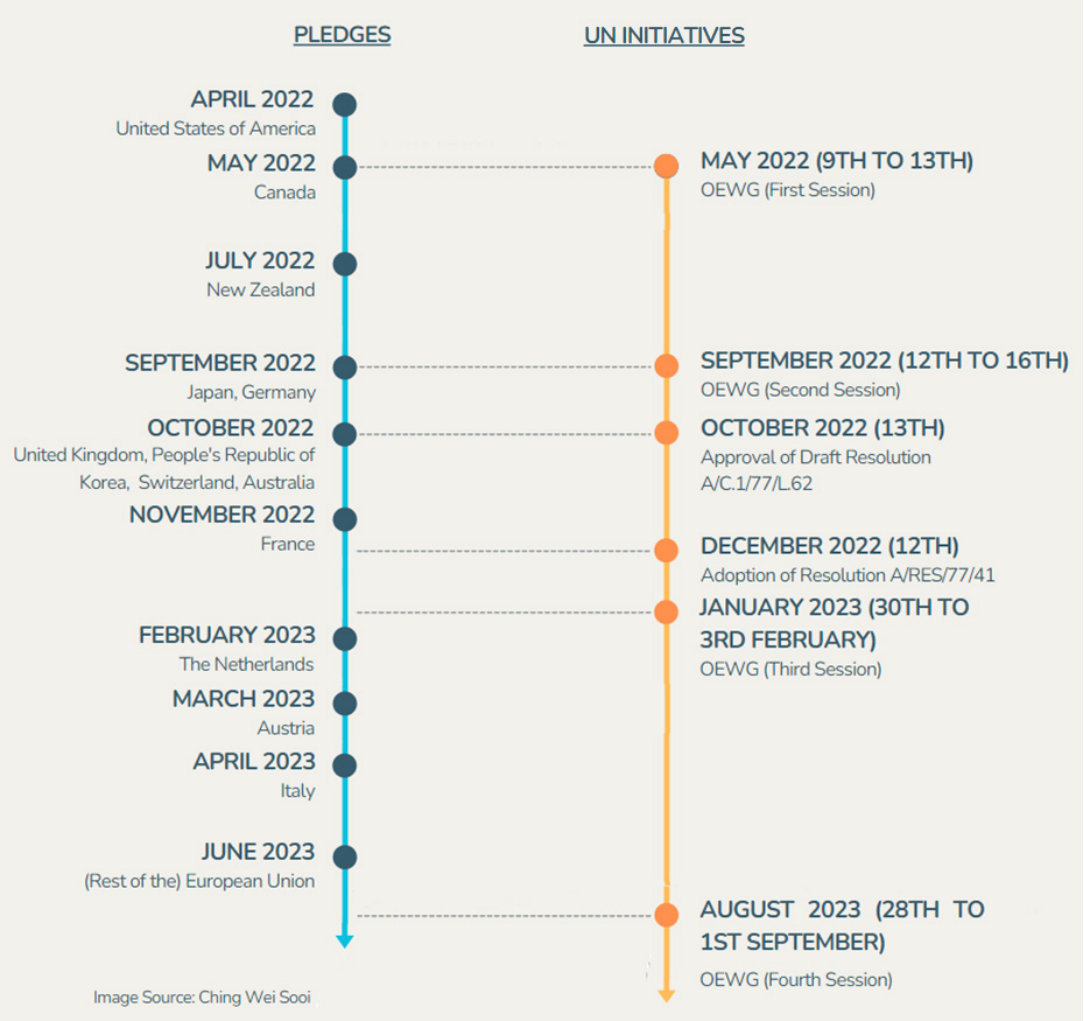
6 Secure World Foundation, 'SWF Releases New Infographic on Anti-Satellite Weapons and Space Sustainability' (7 June 2022) <https://swfound.org/news/all-news/2022/06/swf-releases-new-infographic-on-anti-satellite-weapons-and-space-sustainability/>.

por votar 'não' em todas as resoluções patrocinadas pelos Estados Unidos."[7]

A moratória e a resolução são desenvolvimentos extremamente substanciais, especialmente no contexto mais amplo do impasse nas negociações sobre segurança espacial, por exemplo, a Prevenção de uma Corrida Armamentista no Espaço Exterior (PAROS). Como explica Jessica West do Projeto Ploughshare:

Os compromissos de não se envolver em testes destrutivos de ASAT são uma das iniciativas mais concretas a emergir atualmente [do OEWG] e... uma das mais tangíveis restrições militares [espaciais] adotadas até hoje. O grupo de trabalho alterou fundamentalmente a natureza do debate sobre a segurança espacial. Novas ideias estão surgindo e os Estados individuais estão a defendê-las para muito além dos limites das salas fechadas de reuniões.[8]

Figura 1: Linha do Tempo dos Compromissos vis-à-vis aos Processos da ONU



Assim, este relatório efetuou uma investigação sobre as posições dos Estados em relação à moratória e à resolução da AGNU sobre a moratória dos testes destrutivos ASAT-AD. O objetivo

7 Theresa Hitchens, 'US Call for Halting Kinetic Anti-Satellite Tests Gets Boost from UN Vote', Breaking Defense (9 December 2022) <https://breakingdefense.sites.breakingmedia.com/2022/12/us-call-for-halting-kinetic-anti-satellite-tests-gets-boost-from-un-vote/>.

8 Theresa Hitchens, 'EU Embraces Biden Administration's Limited ASAT Test Ban as UN Meeting Looms', Breaking Defense (17 August 2023) <https://breakingdefense.sites.breakingmedia.com/2023/08/eu-embraces-biden-administrations-limited-asat-test-ban-as-un-meeting-looms/>.

geral é compreender melhor como é que os Estados chegaram às suas posições, quais os fatores que influenciaram a decisão, como é que estas informações podem melhorar a nossa compreensão do atual panorama da segurança espacial e fornecer lições para o futuro. Este relatório investiga o porquê e como o compromisso e a

resolução receberam um apoio tão amplo e, simultaneamente, por que razão mais Estados não se comprometeram com a moratória, apesar dos 155 votos a favor da resolução.

Figura 2: Votando na Resolução sobre os Testes Destrutivos de ASAT-AD[9]

9 'General Assembly: 46th Plenary Meeting, 77th Session | UN Web TV' (7 December 2022) <https://media.un.org/en/ asset/k1j/k1jwh0t953> ('General Assembly').

Metodologia

Os dados coletados para esta investigação incluíram contribuições oficiais dos Estados no OEWG e na AGNU, outras declarações públicas oficiais fora desses fóruns e uma série de entrevistas com vários representantes de alto nível dos governos, bem como especialistas independentes dos Estados.

Como esta investigação foi realizada durante uma bolsa de pesquisa de verão de oito semanas, foi utilizada uma estratégia de amostragem intencional e de bola de neve com o objetivo de entrevistar cerca de meia dúzia de Estados. Foram efetuadas entrevistas com: Canadá, China, Filipinas, Federação Russa e África do Sul. Também foram realizadas entrevistas com um representante de um Estado do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) e dois representantes de Estados ocidentais, indicados como Um Estado Ocidental (1) e (2), todos solicitantes de anonimato.

Além disso, o representante da Nigéria optou por responder ao questionário por escrito. Infelizmente, os representantes dos Estados que se abstiveram na AGNU não estavam disponíveis para serem entrevistados no tempo previsto para esta investigação. No total, as entrevistas representam uma amostra diversificada de Estados, tanto do ponto de vista geográfico como da forma que votaram em relação à resolução.

As entrevistas foram estruturadas com cinco perguntas centrais e seis perguntas adicionais. Devido a limitações de tempo por parte dos entrevistados, alguns optaram por responder apenas às cinco perguntas principais, enquanto outros responderam às onze. A lista de perguntas pode ser consultada na Tabela 1.

Tabela 1: Lista de Perguntas

Perguntas Centrais

1. Poderia descrever o processo de tomada de posição do seu país em relação à resolução ASAT-AD (A/RES/77/41)?
2. Quais desenvolvimentos moldaram a posição do seu país a este respeito?
3. Qual é o grau de prioridade desta questão para o seu país?
4. Por que pensa que o seu país votou daquela forma?
5. Lembra-se de temas específicos que foram especialmente controversos?

Perguntas Opcionais

6. O que pensa dos compromissos assumidos pelos Estados Unidos e por 13* outros países no sentido de não efetuarem testes destrutivos de ASAT-AD?
7. O que pensa que se segue à resolução da AGNU e aos compromissos em andamento?
8. Como se sente sobre uma resolução legalmente vinculativa relativa às ASAT-AD?
9. Qual é a sua avaliação do valor estratégico das ASAT-AD?
10. O que o preocupa na segurança espacial em termos mais gerais?
11. Qual a sua avaliação do quadro internacional de governança do espaço?

**Quando da realização das entrevistas, os Estados-Membros da UE ainda não tinham tornado público o seu compromisso relativo à moratória..*

Após a coleta de dados, foi conduzida uma análise temática utilizando um processo de codificação. Os códigos foram desenvolvidos, agrupados e os temas resultantes serviram de base para responder às perguntas de investigação deste relatório.

A seção seguinte apresenta um resumo dos resultados, incluindo tabelas de posições específicas dos Estados, tal como resultam das declarações e entrevistas, bem como os temas gerais que foram desenvolvidos a partir dos dados. Também foram realizadas entrevistas com um representante de um Estado do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) e dois representantes de Estados ocidentais, indicados como Um Estado Ocidental (1) e (2), todos solicitantes de anonimato.

Resultados

SOBRE ARMAS ASAT-AD

Muitos Estados explicitamente consideram que os testes destrutivos de ASAT-AD estão entre as ameaças mais significativas e as principais prioridades no espaço. Por exemplo:

Tabela 2: Posições Nacionais Expressando suas Principais Preocupações Sobre Testes de ASAT-AD

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL
Um Estado Ocidental (1)	***Entrevistado***: A questão dos testes destrutivos de ASAT-AD é "uma prioridade elevada". O seu Estado sempre foi crítico em relação a estes testes quando eles ocorreram, preocupado com os destroços gerados e os efeitos desestabilizadores dos testes destrutivos de ASAT-AD. Uma das principais preocupações é o risco de mal-entendidos e erros de cálculo escalarem para conflitos. Com efeito, uma vez que os sistemas espaciais são ativos estratégicos e que as armas contraespaciais têm efeitos de longo alcance, qualquer interferência de um Estado nas operações espaciais de outro poderia provocar respostas imprevisíveis, potencialmente escalando para um conflito. Eles notam que um teste hoje seria pior do que um teste há 10 anos, devido ao aumento significativo do número de satélites. Este ambiente congestionado agrava os efeitos desestabilizadores de qualquer ensaio destrutivo de ASAT-AD. As medidas para reduzir os testes destrutivos de ASAT-AD beneficiam a sustentabilidade do espaço, juntamente com um objetivo de segurança mais estrito de redução do risco de conflito no espaço.
Brasil	"Uma das mais prementes iniciativas no [PAROS] é o banimento de todos os testes destrutivos [de ASAT]. A testagem, o desenvolvimento e a utilização de armas destrutivas [ASAT] constituem a ameaça mais grave à segurança e sustentabilidade do espaço exterior."[10]
Canadá	Ao entrevistar ***o representante Canadense***, reiteraram a posição de longa data do Canadá sobre as armas ASAT, que remonta a quase 40 anos. "A destruição de objetos e a criação de detritos é algo a que o Canadá se opõe veementemente". Este tópico é uma prioridade para o Canadá sob várias perspectivas, especialmente do ponto de vista civil da sustentabilidade a longo prazo, do acesso e da dependência do espaço.
Egito	***O representante Egípcio***, que não quis ser entrevistado, descreveu este tema como "uma das questões mais prementes para a paz e a segurança internacionais".
República da Coreia	O representante da República da Coreia, embora indisponível para ser entrevistado, declarou que o seu Estado está "prestando muita atenção a esta questão". Separadamente, numa apresentação feita por um funcionário da Divisão de Desarmamento e Não-Proliferação da República da Coreia a respeito de "Porque é importante uma moratória sobre os testes ASAT", foi dito que "em última análise, chegamos a um entendimento comum de todo o governo de que os testes destrutivos de mísseis ASAT-AD são uma das ameaças mais evidentes e urgentes aos nossos ativos e atividades espaciais."[11]

10 Brazil, 'First Committee - Thematic Debate 3 Outer Space (Disarmament Aspects) Statement by the Delegation of Brazil' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Brazil-C3-26-Oct.pdf>.

11 SPOTLIGHT Talk: Hyerin Kim - Why a Moratorium on Anti-Satellite Testing Is Important (Directed by Secure World Foundation, 16 June 2023) <https://www.youtube.com/watch?v=hoDffXa6zXU> ('SPOTLIGHT Talk').

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL
Estados Unidos da América	Descreveram os testes destrutivos de ASAT-AD como: "a ameaça mais premente para todos os países que utilizam o espaço exterior"[12] na introdução ao OEWG da sua moratória unilateral; "uma das questões mais prementes" e "a maior ameaça a curto prazo" para a segurança espacial na sua declaração ao primeiro comitê da AGNU;[13] e como uma "ameaça clara e premente à segurança e sustentabilidade do espaço"[14] numa declaração à imprensa da Casa Branca.

Tabela 3: Posições Nacionais Expressando Preocupações Menores Sobre Testes de ASAT-A

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL
República Popular da China	Ao entrevistar ***o especialista Chinês***, este referiu que os testes ASAT-AD são apenas uma das preocupações da China sobre o controle de armas e no domínio espacial.
Federação Russa	Ao entrevistar ***o especialista Russo***, este afirmou que embora os testes DA-ASAT não sejam provavelmente a principal prioridade para a Rússia, a segurança espacial é uma das principais preocupações em matéria de segurança militar, em que as capacidades ASAT-AD são uma parte proeminente da questão. Além disso, as armas ASAT-AD "estão muito interligadas com as tecnologias de defesa antimíssil, tanto em termos de interceptores como de sensores e portanto, são parte de uma das principais preocupações de segurança militar da Rússia que existe há décadas, a questão da defesa antimíssil".

12 Ploughshares, The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting (May 2022).

13 UN Web TV, 'First Committee, 27th Plenary Meeting - General Assembly, 77th Session' (1 November 2022) <https://media.un.org/en/asset/k10/k10d5896y9>.

14 The White House, 'Vice President Harris Advances National Security Norms in Space', The White House (19 April 2022) <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/04/18/fact-sheet-vice-president-harris-advances-national-security-norms-in-space/> ('FACT SHEET').

Sobre a Moratória em Relação aos Testes Destrutivos de ASAT-AD

Uma questão em aberto é porque 155 Estados votaram a favor da A/RES/77/41, mas apenas 37 se comprometeram com a moratória. Os pontos de vista sobre esta questão são apresentados nesta seção.

Tabela 4: Posições Nacionais sobre a Moratória aos Testes ASAT-AD

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Um Estado Ocidental (1)	Entrevistado: Quando os Estados Unidos assumiram o seu compromisso unilateral, o Estado do entrevistado congratulou a iniciativa. Isto levou o seu país a assumir um compromisso semelhante pouco tempo depois.	"Cont.: As consultas internas destacaram razões convincentes para apoiar a moratória (Ex: preocupações com os detritos espaciais e os efeitos desestabilizadores dos testes destrutivos de ASAT-AD). A moratória e a resolução são exemplos de comportamento responsável. Porque estes compromissos são verificáveis, têm a vantagem de serem simultaneamente implementáveis e benéficos."
Brasil	"O compromisso de encerrar estes testes seria um primeiro, mas significativo passo, para um melhor ambiente para as negociações sobre a segurança do espaço exterior, notavelmente sobre o PAROS."[15] Incentivou outros Estados a assumirem o compromisso.[16]	Curiosamente, não declarou o seu próprio compromisso até o momento de redação deste artigo.
Canadá	Declarou que "este é um primeiro passo, mas representa o progresso mais significativo que alcançamos até o momento. É a partir de medidas humildes que o impulso para dinâmicas maiores é construído"[17].	O representante canadense descreve as promessas como um bom passo. "Uma das coisas que o Canadá vem querendo fazer, juntamente com os seus principais aliados, é chegar a um consenso sobre o desenvolvimento deste corpo de normas de comportamento responsável no espaço". Os compromissos unilaterais constituem o desenvolvimento de uma dessas normas que poderá eventualmente conduzir a um instrumento legalmente vinculativo (ILV). Os compromissos ajudarão a ditar o comportamento no espaço e, mais importante ainda, permitirão denunciar os maus comportamentos. Deverá ser observado nos próximos anos, que existe uma dinâmica suscetível à união em torno de um potencial tratado. E caso contrário, mesmo assim espera-se que mais Estados continuem a assumir os compromissos.

15 Brazil (n 10).

16 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting' (n 12).

17 Canada, 'Canadian Statement, Open-Ended Working Group on Reducing Space Threats First Session' (2022) <https://documents.unoda.org/wp-content/uploads/2022/05/Canada-General-Statement-for-Translators-OEWG-Space-Threats-Session-bilingual.pdf>.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
República Popular da China	"Saudou qualquer iniciativa de controlo de armamento que contribuísse para o PAROS, mas também expressou a sua preocupação com o âmbito restrito da declaração e sugeriu que se tratava de um meio de procurar obter vantagens a pretexto do controlo de armamento.[18] *Ver também a declaração conjunta abaixo."	O especialista chinês questiona se os Estados têm uma forte vontade de trabalhar numa ILV apesar de terem feito as suas promessas. Mesmo que se concordasse com uma ILV, os especialistas manifestaram a sua preocupação de que "um Estado cuja sobrevivência esteja em jogo, considerará seriamente a opção estratégica de utilizar armas destrutivas ASAT-AD, mesmo que tenha assinado qualquer tratado, resolução ou compromisso"
Federação Russa	"""Registou que a declaração constituía uma resposta positiva às iniciativas práticas relativas ao PAROS."[19] Considera a decisão dos Estados Unidos da América de assumirem um compromisso político de não efetuarem os perturbadores testes de mísseis ASAT-AD e a iniciativa de apresentarem uma resolução sobre esse assunto como um passo meramente declarativo (ou seja, sem valor ou com valor negativo).[20] Descreveu a moratória como ""uma manobra política para negar aos Estados sem essa capacidade um 'escudo' para os seus recursos espaciais"[21]. *Ver também a declaração conjunta abaixo."	"Descreveu o compromisso como demasiadamente restrito, deixando em aberto tanto o desenvolvimento de sistemas ASAT cinéticos como os testes não destrutivos[22] e sem uma definição de teste de ASAT.[23] Entrevistado: ""[As promessas estão] registradas. Há sempre a preocupação de que se trate de uma espécie de plano astuto para privar a Rússia de capacidades, mantendo a sua própria capacidade. Outra questão importante é saber se haverá disponibilidade para estabelecer uma linha entre o que é teste de ASAT-AD ou de defesa antimíssil."
***Declaração Conjunta:** Bielorrúsia República Democrática Popular da Coreia Nicarágua República Popular da China Federação Russa Venezuela República da Arábia Saudita	"Consideraram que a sugestão de assumir um compromisso político de não efetuar testes destrutivos [de ASAT] é um passo na direção certa", mas "insuficiente" para garantir a utilização pacífica do espaço exterior e do PAROS.[24]	N/A

18 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting' (n 12).
19 Ibid.
20 UN Web TV (n 13).
21 Ploughshares, The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the Third Session (June 2023).
22 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting' (n 12).
23 Ploughshares, The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting (September 2022).
24 Russian Federation, 'Joint Statement on the Initiative on Undertaking Political Commitment Not to Conduct Destructive Direct-Ascent Anti-Satellite Missile Tests' (26 October 2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Statement_by_Russian_Federation.pdf>.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
África do Sul	"O entrevistado afirmou que não existe atualmente uma posição sul-africana sobre a moratória destrutiva dos ensaios destrutivos de ASAT-AD. Uma decisão deste gênero seria uma decisão de alto nível que envolveria todas as partes interessadas relevantes e os conhecimentos técnicos. Por outro lado, a resolução com apenas três parágrafos operacionais foi mais fácil de apoiar, especialmente porque envolvia negociações a nível político*"	"*Falando a respeito da capacidade pessoal do entrevistado em responder porque mais Estados não assumiram o compromisso, afirmou que tal compromisso teria que envolver conhecimentos técnicos e discussões substanciais. Salientou que enquanto os Estados desenvolvidos dispõem de equipes de especialistas técnicos e jurídicos para aconselhar e ajudar no processo de tomada de decisões, os Estados em desenvolvimento da região africana e de outros países têm dificuldade em comprometer-se com a moratória devido à insuficiência de conhecimentos técnicos e jurídicos. Por exemplo, até que ponto os testes destrutivos de ASAT-AD afetam o programa espacial de um Estado? Que ameaças podem surgir e como é que elas afetam este cálculo de tomada de decisão? Os diplomatas têm de agrupar, qualificar e justificar essa informação quando aconselham a Capital a fazer alguma coisa (por exemplo, assumir o compromisso). A falta de um conhecimento profundo torna extremamente difícil assumir um compromisso de alto nível tão significativo. ""É um fator muito, muito importante"". Foi dada uma ênfase adicional às disparidades nos marcos de desenvolvimento e no progresso tecnológico entre os Estados desenvolvidos e em desenvolvimento. Existe a sensação de que os Estados desenvolvidos, tendo atingido determinados marcos de desenvolvimento, estão agora dizendo aos Estados em desenvolvimento para não atingirem os mesmos marcos (por exemplo, as capacidades ASAT-AD). Mas ""nós também estamos nos desenvolvendo, por isso não devemos ser impedidos de chegar a um nível [similar]"". Pedem aos Estados desenvolvidos para que ""nos ajudem a chegar lá também"", para que os Estados em desenvolvimento possam compreender melhor as perspectivas e preocupações dos Estados desenvolvidos."
Sri Lanka	"Saúda o recente compromisso assumido por vários Estados de não efetuarem testes de mísseis [ASAT-AD], que consideramos ser um primeiro passo positivo na direção certa."[25]	Registra-se que que o Sri Lanka não assumiu o compromisso.

25 Sri Lanka, 'Statement by Mr. Sugeeshwara Gunaratna Deputy Permanent Representative of Sri Lanka' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Sri-Lanka-C3-26-Oct.pdf>.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Suíça	"Saúdam os anúncios feitos por vários Estados de não realizarem testes destrutivos de mísseis ASAT de ascensão direta no espaço... Esperamos que esses compromissos contribuam para a adoção de outras medidas destinadas a evitar uma corrida armamentista no espaço exterior e de normas internacionais vinculativas apropriadas."[26]	Notavelmente, apelou especificamente aos Estados que conduziram testes destrutivos de ASAT-AD para se comprometerem com a moratória.[27]
Filipinas	Entrevistado: "As Filipinas estão considerando sugestões para declarar uma moratória sobre ASAT-AD. As Filipinas não têm capacidade para conduzir operações ASAT-AD".	Cont.: "Aqueles que têm as capacidades devem ser os que declararam tal moratória. Embora seja importante criar normas contra ASAT-AD, estas não devem ser politizadas".
Estados Unidos da América	"Comprometem-se a não realizar testes destrutivos de mísseis antissatélite de ascensão direta (ASAT), e os Estados Unidos procuram estabelecer isto como uma nova norma internacional para um comportamento responsável no espaço."[28]	"Múltiplas declarações de que a moratória é apenas um primeiro passo "que poderia fornecer a base para futuros acordos de controlo de armas [e] novas normas de comportamento responsável, e não o único resultado desejado ou necessário do OEWG."[29] Audrey Schaffer, Diretora de Política Espacial do Conselho de Segurança Nacional, sublinha a distinção de que a resolução não compromete os Estados com a norma. Em vez disso, incentiva os Estados a assumirem compromissos nacionais com a norma, comprometendo-se com uma moratória. "Não basta que 155 países...votem a favor da ideia. Para estabelecer verdadeiramente uma norma internacionalmente reconhecida que proíba os testes destrutivos ASAT-AD, precisamos de uma massa crítica de nações que assumam efetivamente o compromisso. Temos de continuar batendo o tambor das nações que se comprometem com a norma internacional emergente."[30]
União Europeia	"Preocupados que a utilização de sistemas ASAT destrutivos possa ter impactos generalizados e irreversíveis no ambiente espacial exterior, os Estados-Membros da UE consideram esse compromisso como uma medida urgente e inicial destinada a evitar danos no ambiente espacial exterior, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento de outras medidas para o PAROS."[31]	"A UE saúda este compromisso comum", afirmou um porta-voz da UE, notando que o mesmo não se aplica à própria União Europeia: "No entanto, não se trata de um compromisso da UE, uma vez que este potencial comportamento se insere fora do âmbito de competências da UE."[32]

26 Switzerland, 'Thematic Debate on Outer Space' (2022) <https://reachingcriticalwill.org/images/documents/Disarmament-fora/1com/1com22/statements/26Oct_Switzerland.pdf>.

27 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23)."plainCitation":"Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23

28 The White House, 'FACT SHEET: Vice President Harris Advances National Security Norms in Space', The White House (19 April 2022) <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/04/18/fact-sheet-vice-president-harris-advances-national-security-norms-in-space/>.

29 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting' (n 12).

30 SPOTLIGHT Talk: Audrey Schaffer - Why a Moratorium on Anti Satellite Testing Is Important (Directed by Secure World Foundation, 16 June 2023) <https://www.youtube.com/watch?v=Te1CN8343rw>.

31 European Union, 'EU Joint Contribution on the Works of the Open-Ended Working Group on Reducing Space Threats through Norms, Rules and Principles of Responsible Behaviours. Fourth Part: Recommendations on Possible Norms, Rules and Principles of Responsible Behaviour Relating to Threats by States to Space Systems' (June 2023) <https://docs-library.unoda.org/Open-Ended_Working_Group_on_Reducing_Space_Threats_-_(2022)/EU_joint_contribution_to_OEWG_works_on_norms_of_responsible_behaviours.pdf>.

32 Jeff Foust, 'European Union Nations Join ASAT Testing Ban', SpaceNews (24 August 2023) <https://spacenews.com/european-union-nations-join-asat-testing-ban/>.

Razões pelas quais os Estados Votaram pela Resolução

AS RAZÕES DADAS PODEM SER AGRUPADAS DA SEGUINTE FORMA:

Apoiadora de Normas como um Mecanismo de Governança e/ou Trampolim para uma Iniciativa(s) Legalmente Vinculativa(s)

- A resolução é eficaz, apesar de não ser legalmente vinculativa e poderá eventualmente representar um progresso no sentido de uma medida legalmente vinculativa

Apoiadora a uma 'abordagem neutra em termos de capacidades'

- A resolução não visa a tecnologia, mas apenas a sua utilização, permitindo assim o avanço da capacidade técnica

Apoia a Promoção de Mecanismos de Transparência e de Geração de Confiança

- A resolução satisfaz os critérios contidos no relatório do Grupo de Peritos Governamentais sobre Transparência e Medidas de Geração de Confiança nas Atividades no Espaços Exterior (A/68/189)

Aborda as Preocupações dos Estados em Desenvolvimento

- A resolução aborda e/ou reconhece preocupações como os detritos, o acesso ao espaço, o acesso equitativo e as devidas considerações

Diplomacia dos Estados Unidos

- Responde aos esforços dos Estados Unidos para angariar apoio para a resolução

Apoiodora Apesar do Carácter Restrito da Resolução

- Reconhece que a resolução se centra apenas nos ensaios de mísseis antissatélite destrutivos e de ascensão direta; considera que a resolução não deixa de ser benéfica e pode servir de trampolim para medidas mais abrangentes

Influências Geopolíticas

- Os Estados votam "sim" com seus aliados e os Estados que partilham os mesmos interesses; Estados que votam a favor apesar da natureza fortemente politizada da resolução

Preocupação com os Testes Destrutivos Anteriores de Mísseis Antissatélite de Ascensão Direta

- A resolução e os votos a favor foram motivados pelo alarme causado por testes destrutivos de mísseis antissatélite de ascensão direta

A Resolução Afeta Positivamente/Não Impacta Negativamente a Segurança Nacional

- A resolução beneficia a segurança nacional ou, pelo menos, não a prejudica

Tabela 5: Razões pelas quais os Estados Votaram pela Resolução

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
GRUPO 1: APOIADORA DE NORMAS COMO UM MECANISMO DE GOVERNANÇA E/OU TRAMPOLIM PARA ILV		
Um Estado Ocidental (1)	Entrevistado: Nota que para o seu Estado, há pouca diferença prática entre um ILV e um compromisso politicamente vinculativo; tendo assumido um compromisso contra a testagem destrutiva de ASAT-AD, o compromisso será levado a sério e será implementado.	N/A
Brasil	"Apoiou as resoluções sobre a Não Colocação em Primeiro Lugar e sobre os testes destrutivos de ASAT-AD. "Notando que ambos os esforços são insuficientes, defendeu que os compromissos parciais podem levar a medidas mais abrangentes."[33] Como os esforços para alcançar um ILV "ficaram muito aquém... o Brasil decidiu apoiar uma abordagem 'de baixo para cima': o desenvolvimento gradual de normas, regras e princípios voluntários para fortalecer a base para uma conversa mais aprofundada sobre elementos normativos" para "preparar gradualmente o caminho para um futuro ILV".[34]	"Cita a "erosão da confiança mútua entre as principais potências espaciais" como um ingrediente chave para o fracasso da negociação de um ILV como uma razão para apoiar a abordagem "de baixo para cima", acreditando que esta promoverá "a tão necessária confiança mútua... para preparar o caminho para um futuro [ILV]".[35] "As divisões de percepção existentes entre os membros sugerem que adotemos uma abordagem menos direta... Sem confiança e compromisso [como a transparência e a demonstrações de um comportamento efetivamente responsável], a agenda do PAROS dificilmente avançará."[36]
Canadá	Entrevistado: "Uma das coisas que o Canadá tem querido fazer, juntamente com os principais aliados, é chegar a um consenso sobre o desenvolvimento deste corpo de normas de comportamento responsável no espaço." No que diz espeito aos tratados espaciais existentes, muitos comportamentos não são ilegais, mas não são necessariamente responsáveis. O Canadá quer garantir a existência de normas de comportamento que regulem o que os Estados podem e não podem fazer, reduzindo o risco de erros de percepção e de cálculo".	"Cont.: "Obter [qualquer] ILV hoje e nestes tempos é muito difícil. Seria um processo muito longo". Normalmente, o desenvolvimento de tratados resulta do consenso sobre as normas. Por conseguinte, o desenvolvimento de normas poderia eventualmente conduzir a um ILV. Os compromissos unilaterais constituem o desenvolvimento de uma dessas normas que poderá eventualmente conduzir a um ILV. Os compromissos ajudarão a ditar o comportamento no espaço e, o que é mais importante, permitirão denunciar os maus comportamentos. Deverá ser observado se nos próximos anos haverá uma dinâmica que possa resultar num potencial tratado. E se não, esperar que mais Estados continuem a assumir os seus compromissos. A resolução poderá eventualmente fazer parte de um tratado mais amplo no futuro."
Egito	Apoia a resolução como complemento das iniciativas existentes com o objetivo de elaborar regras que possam abrir caminho aos ILV.	"Esta iniciativa deve ser um primeiro passo para a elaboração de regras legalmente vinculativas que não se limitariam aos mísseis de ascensão direta, mas ao PAROS em todos os seus aspectos... [e] preparem o caminho para o início urgente e sem mais demoras de [tais] negociações."[37]

33 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the Third Session' (n 21).
34 Brazil (n 10).
35 Ibid.
36 Ibid.
37 UN Web TV (n 13).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
França	Descreve a resolução como: um primeiro passo em direção a uma norma que deve se tornar universal; e a prova de que progressos podem ser feitos para tornar o espaço seguro e livre de conflitos.[38]	Observa que o projeto de tratado sobre a Prevenção da Colocação de Armas e da Ameaça ou Uso da Força (PPWT) e as iniciativas relacionadas não abordam todas as ameaças, como de terra-espaço (por exemplo, a testagem destrutiva de ASAT-AD).[39]
Alemanha	Apelou a uma norma universal contra os testes destrutivos de ASAT.[40]	N/A
Indonésia	Reconhece o valor de várias medidas voluntárias e práticas como a esta resolução.[41]	A resolução é um "trampolim que poderá conduzir ou contribuir para o desenvolvimento de um ILV no PAROS".[42]
Israel	Mantém uma posição de longa data de que, no espaço exterior devem ser adotadas adaptações contínuas e uma abordagem gradual. Como tal, prefere normas e soft law do que ILV.[43]	"Notavelmente, Israel "dissocia-se do [Parágrafo 3] e de qualquer referência a um ILV neste contexto."[44] O Parágrafo 3 da resolução "Exorta todos os Estados a... estabelecer e desenvolver novas medidas práticas que possam... contribuir para os ILV no âmbito do PAROS".
Japão	"O Governo do Japão decidiu não realizar testes destrutivos de mísseis antissatélite de ascensão direta (ASAT), a fim de promover ativamente os debates nos fóruns internacionais sobre o desenvolvimento de normas de comportamento responsável no espaço exterior."[45]	""Esta decisão é o resultado das considerações do Governo do Japão após o anúncio do Governo dos Estados Unidos de não realizar testes destrutivos de mísseis antissatélite (ASAT) de ascensão direta em abril. "O Governo do Japão continuará a desempenhar um papel ativo para alcançar um espaço exterior seguro, estável e sustentável, incluindo o desenvolvimento de normas de comportamento responsável no espaço exterior."[46]
México	"Votou "de acordo com a busca por um controle internacional geral do desarmamento" e apoia "qualquer medida destinada a impedir que o espaço exterior seja militarizado e utilizado como teatro de conflitos armados".[47] A favor da criação de novas abordagens complementares às existentes.[48]	Reitera que a resolução não é um substituto de um ILV.[49]

38 France, 'Intervention de Mme Camille PETIT Ambassadrice, Représentante Permanente de La France Auprès de La Conférence Du Désarmement' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Statement_by_France.pdf>.

39 Ibid.

40 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting' (n 12).

41 UN Web TV, 'First Committee, 28th Plenary Meeting - General Assembly, 77th Session | UN Web TV' (1 November 2022) <https://media.un.org/en/asset/k1s/k1sgl6jv3z>.

42 Ibid.

43 Ibid.

44 Ibid.

45 'Decision Not to Conduct Destructive, Direct-Ascent Anti-Satellite Missile Testing' <https://www.mofa.go.jp/press/release/press3e_000451.html>.

46 Ibid.

47 UN Web TV (n 41).

48 Ibid.

49 Ibid.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Nova Zelândia	“Parece-nos que tanto os instrumentos voluntários como os instrumentos de mercado podem desempenhar um papel na prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior. E precisamos continuar a discutir ambos os tipos de abordagem.“[50]	N/A
Nigéria	"Entrevistado: “Um compromisso dos Estados de não efetuarem testes destrutivos de ASAT de ascendência direta; foi neste contexto que a Nigéria votou a favor da resolução sobre a testagem de ASAT. Embora não seja vinculativa, a resolução pode abrir caminho para a promoção de mais medidas vinculativas no futuro. Isto é algo que a Nigéria estaria disposta a apoiar plenamente.” A Nigéria tem defendido e continuará a defender o estabelecimento de mais medidas vinculativas para regular as atividades relacionadas ao espaço. A segurança espacial avança através de “normas, regras e princípios de comportamentos responsáveis, baseados no princípio da equidade e da igualdade”."	N/A
República da Coreia	“Também analisamos a natureza voluntária do compromisso [contra os testes destrutivos de ASAT-AD] e o modo como isso afetará a definição de normas globais” e “como isso afetará as nossas capacidades e comportamentos e os dos nossos adversários”, facilitado pela “posição da Coreia em relação a um ambiente espacial seguro e sustentável e a nossa aspiração de desenvolver normas de comportamento responsável no espaço exterior”.[51]	Os Ministérios relevantes formaram “um entendimento comum sobre a extrema necessidade de desenvolver normas espaciais. A Coreia do Sul considera que é do nosso interesse nacional desenvolver normas sobre os testes destrutivos de mísseis ASAT-AD para esclarecer que tal comportamento não será considerado aceitável na comunidade internacional.”[52]

50 Ibid.
51 SPOTLIGHT Talk: Hyerin Kim - Why a Moratorium on Anti-Satellite Testing Is Important (n 11).
52 Ibid.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
África do Sul	"O entrevistado afirmou que a África do Sul apoiava muito a resolução, uma vez que esta poderia constituir um valioso ponto de partida. A África do Sul geralmente prefere os ILVs, mas não se trata de uma regra rígida. A África do Sul apoia tanto os ILVs quanto as medidas não legalmente vinculativas que, em última análise, conduziriam ao PAROS."	"Cont.: Os testes destrutivos de ASAT-AD são uma questão importante que faz parte da agenda mais ampla do PAROS. E no contexto do impasse em torno do PAROS, trabalhar nos testes ASAT-AD poderia estimular um progresso mais amplo. O PAROS é a principal prioridade da África do Sul. Além disso, observaram que um ponto controverso durante os debates foi a divisão entre os Estados prontos para negociar um ILV e aqueles que preferem alternativas como um processo gradual, um código de conduta ou uma declaração; medidas com implicações menos vinculativas do ponto de vista jurídico. Ademais, mesmo no caso dos Estados pró-ILV, havia uma divisão entre os que eram a favor de um ILV restrito (por exemplo, apenas para as armas ASAT) versus um ILV abrangente. De acordo com a opinião pessoal do representante sul-africano, devido ao impasse em torno do PAROS, os Estados Unidos optaram por abordar o problema dos testes destrutivos ASAT-AD, que é "uma parte menor do todo", e por avançar com ele, para ver como evoluiria."
Filipinas	"Enfatizou que as normas são uma forma de garantir o funcionamento seguro dos programas espaciais que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.[53] Entrevistado: "As Filipinas consideram que a ausência de normas acordadas aumenta os riscos e as ameaças à segurança do espaço exterior.""	"Cont.: O debate a respeito das negociações dos instrumentos legalmente vinculativos sobre a prevenção [das armas] no espaço exterior (PAROS) não deve impedir o progresso de medidas práticas de consenso que reforcem a segurança do espaço exterior. "É neste contexto que o Presidente Ferdinand R. Marcos Jr. apelou a esta Assembleia Geral no mês passado para definir as normas de comportamento responsável no espaço exterior.""
Reino Unido	"Reconhecemos que muitos Estados são a favor de um instrumento legalmente vinculativo para evitar uma corrida armamentista no espaço exterior. Reconhecemos também que um número crescente de Estados vê valor em primeiro estabelecer estabelecimento normas, regras e princípios de comportamentos responsáveis que complementem o direito internacional existente e que, embora possam não ser legalmente vinculativos, possam atuar como passos práticos e pragmáticos em direção a medidas legalmente vinculativas no futuro."[54]	"Tal abordagem nos permite gerar confiança na capacidade e vontade dos Estados de cumprirem estas normas, regras e princípios antes de considerarmos a possibilidade de os consagrar em novos instrumentos legalmente vinculativos."[55]

53 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).

54 United Kingdom, 'Thematic Debate on Outer Space (Disarmament Aspects) Statement by the United Kingdom' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/United-Kingdom-C3-26-Oct.pdf>.

55 Ibid.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Estados Unidos da América	"A fim de encorajar a contenção e desenvolver uma norma contra tais testes, os Estados Unidos apresentarão uma resolução apelando a todos os países para que se comprometam a não realizar testes destrutivos de mísseis antissatélite de ascensão direta. "[56]	"Reconhecemos que muitas nações não têm intenções de desenvolver, testar ou instalar capacidades ASAT-AD, mas independentemente do fato de um determinado Estado ter ou não este tipo de capacidade ou a intenção de desenvolvê-la, é importante que o maior número possível de Estados se comprometa publicamente com esta norma de comportamento responsável, porque é assim que estabelecemos normas internacionais. Não é suficiente que apenas um Estado ou dois países ou mesmo 13 países assumam um compromisso e depois digam 'tudo bem, já temos uma norma internacional.'"[57]
Vietnã	Esta resolução "atinge o objetivo geral do PAROS [e] deve ser complementada por outras várias medidas que abordem a questão de uma forma abrangente".[58]	N/A
Associação dos Estados do Sudeste Asiático	Reitera "a necessidade urgente de iniciar negociações substanciais na Conferência sobre o Desarmamento sobre um [ILV para o PAROS].[59]	Note que 9 dos 10 Estados da ASEAN votaram a favor da resolução; o Laos absteve-se.
União Europeia	"A Chéquia, em nome dos Estados membros da EU: "Os seguintes Estados também se alinham com esta declaração: Macedônia do Norte, Montenegro, Albânia, Ucrânia, República da Moldávia, Islândia, Noruega, bem como o Canadá." "A EU e seus Estados membros acolhem e apoiam a resolução dos EUA sobre a testagem destrutiva de mísseis ASAT. Sem explorar a possibilidade de novos instrumentos legalmente vinculativos no futuro, a UE e os seus Estados-Membros acreditam que uma abordagem baseada em comportamentos é a forma mais pragmática e imediata de melhorar a segurança espacial atualmente."[60]	""A UE e os seus Estados-Membros estão empenhados em reduzir as ameaças espaciais e em preservar a utilização pacífica do espaço exterior, adotando uma abordagem gradual buscando possíveis instrumentos legalmente vinculativos no futuro. "Acreditam que, dada a natureza de dupla utilização de muitos sistemas espaciais, uma abordagem baseada em comportamentos responsáveis, apoiada por capacidades de monitorização relevantes, é a forma mais pragmática e imediata de melhorar a segurança espacial atualmente."[61]
Movimento dos Não Alinhados	Sublinha que "embora as TCBMs voluntárias possam contribuir parcialmente para reduzir a desconfiança e aumentar a segurança das operações no espaço exterior a curto prazo", "não podem ser um substituto para... um [ILV]."[62]	"Ao descrever a posição do Movimento dos Não-Alinhados, ao qual pertence, a Venezuela rotulou a abordagem do OEWG como complementar, mas não substituindo a lei."[63]

56 The White House (n 28).
57 SPOTLIGHT Talk: Audrey Schaffer - Why a Moratorium on Anti Satellite Testing Is Important (n 30).
58 UN Web TV (n 41).
59 Malaysia, 'Statement by H.E. Mr. Syed Mohd Hasrin Aidid, Permanent Representative of Malaysia to the UN, on Behalf of the Association of Southeast Asian Nations' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Statement_by_Malaysia.pdf>.
60 UN Web TV (n 13).
61 European Union (n 31).
62 Indonesia, 'Draft Statement by the Republic of Indonesia on Behalf of the Non-Aligned Movement' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Statement_by_Indonesia.pdf>.
63 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
GRUPO 2: APOIADORA DE UMA 'ABORDAGEM NEUTRA EM TERMOS DE CAPACIDADES'		
"Austrália Canadá Israel* Japão Filipinas Estados Unidos da América"	"A capacidade neutra pode ser entendida como medidas para atenuar as ameaças que não se centram na tecnologia, mas nos usos da tecnologia. O argumento é que, devido aos constantes desenvolvimentos tecnológicos e mudanças nas atividades espaciais na nova era espacial, o desenvolvimento da tecnologia não deveria ser contido."	""Os Estados [que] apoiam a busca por normas de comportamento responsável no espaço exterior [insistem] que é preferível centrar-se nas normas em vez de um acordo que restrinja o acesso ou o desenvolvimento de tecnologia, precisamente porque não restringe o desenvolvimento de capacidades técnicas.[64] *A posição de longa data de Israel é de que, devido aos constantes desenvolvimentos tecnológicos no espaço exterior e às mudanças nas atividades espaciais na nova era espacial, são necessárias adaptações contínuas e deve ser adotada uma abordagem gradual, preferindo as normas e a soft law aos instrumentos legalmente vinculativos."[65]
GRUPO 3: APOIA A PROMOÇÃO DE MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DE GERAÇÃO DE CONFIANÇA		
"França* Israel Estados Unidos da América"	"Alguns Estados declararam acreditar que a resolução é válida como um Mecanismo de Transparência e Geração de Confiança (TCBM).[66] Argumntam que TCBMs podem reduzir riscos como mal-entendidos e interpretações errôneas, reforçando a estabilidade no espaço."	"Os Estados Unidos argumentam que o compromisso voluntário cumpre os requisitos de um Mecanismo de Transparência e Criação de Confiança (TCBM) em fóruns como o OEWG[67] e o Primeiro Comitê da AGNU[68] porque é claro e preciso, pode ser facilmente confirmado por outros e elimina uma fonte de desconfiança ou mal-entendidos[69] *Convencidos de que o método mais concreto, imediatamente pragmático e aplicável para reforçar a confiança consiste em distinguir o comportamento responsável daquele que ameaça ou compromete a segurança e proteção no espaço."[70]
GRUPO 4: ABORDA AS PREOCUPAÇÕES DOS ESTADOS EM DESENVOLVIMENTO		
Brasil	Argumentou que o risco de danos causados por detritos era maior para os Estados em desenvolvimento com atividades e meios espaciais mais modestos e com menos capacidade para monitorar o ambiente espacial ou manobrar os seus ativos.[71]	As Filipinas ecoam a preocupação com o aumento da vulnerabilidade aos detritos espaciais.

64 Ibid.
65 UN Web TV (n 41).
66 Ibid.
67 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).
68 UN Web TV (n 13).
69 United States of America, 'Aide-Memoire on Proposed UN General Assembly Resolution on Destructive Direct-Ascent Anti-Satellite Missile Testing' (2022) <https://documents.unoda.org/wp-content/uploads/2022/09/A_AC294_2022_WP21_USA-ae.pdf>.
70 France (n 38).
71 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the Third Session' (n 21).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Nigéria	"Entrevistado: “A abolição dos testes de ASAT certamente promoveria a redução dos detritos espaciais capazes de causar danos aos meios espaciais de outros países, como a Nigéria.” Declarou que, uma vez que é necessário um grande número de recursos para se ter um satélite funcional em órbita, é importante que haja uma redução dos detritos espaciais que podem constituir uma ameaça para esses bens espaciais. “O fato de tais danos... poderem também perturbar os serviços públicos que eles apoiam no país é igualmente um grande problema para a Nigéria.” Preocupada sobretudo com a questão de uma eventual corrida armamentista no espaço exterior."	Cont.: “Como país em desenvolvimento cujas atividades relacionadas com o espaço se baseiam em grande parte na utilização de sistemas espaciais para usos estritamente pacíficos, tais como: desenvolvimento econômico, serviços comerciais, bem como sistemas de defesa; é importante salientar que os investimentos em recursos espaciais para servir aos objetivos acima mencionados devem ser salvaguardados.”
Filipinas	"Argumentou que o risco de danos causados por detritos era maior para os Estados em desenvolvimento com atividades e meios espaciais mais modestos e menos capacidades para monitorar o ambiente espacial ou manobrar os seus ativos.[72] Entrevistado: “As Filipinas estão particularmente preocupadas com quaisquer comportamentos deliberados de criação de detritos, incluindo os testes cinéticos antissatélite de ascensão direta e os lançamentos descoordenados e a reentrada descoordenada e descontrolada. É neste contexto que as Filipinas apoiaram a resolução ASAT-AD como uma das muitas medidas que a comunidade internacional pode tomar em relação aos detritos espaciais.”	"O Brasil ecoa a preocupação com o aumento da vulnerabilidade aos detritos espaciais. O Vietnã ecoa o argumento do acesso equitativo ao espaço. Cont.: “Tal como muitos países em desenvolvimento, as Filipinas estão se tornando cada vez mais dependentes das infraestruturas espaciais. As Filipinas têm um programa espacial modesto que pretendemos expandir. O acesso ao espaço exterior é um direito inalienável dos países em desenvolvimento. As Filipinas têm um interesse direto na segurança do espaço exterior, um tema que nunca deve ser uma reserva exclusiva de alguns dos principais Estados exploradores do espaço. “As Filipinas encaram o espaço exterior não só como um bem comum global, mas também como uma herança comum da humanidade. Todas as nações têm direito à utilização pacífica do espaço exterior, mas este direito deve ser exercido tendo em devida conta os direitos e interesses dos outros e a preservação do espaço exterior para as gerações futuras. As nações que exploram o espaço são meros administradores para as gerações futuras.”"
Vietnã	A resolução defende uma política consistente para “apoiar e promover o direito de todos os Estados a explorar e utilizar o espaço exterior para fins pacíficos, em conformidade com o direito internacional”.[73]	As Filipinas fazem eco do argumento do acesso equitativo ao espaço.
Associação dos Estados do Sudeste Asiático	Reitera a importância do acesso, da não apropriação, do desenvolvimento de capacidades e da garantia de que a humanidade se beneficie coletivamente do espaço.[74]	Nota que o Laos foi o único Estado da ASEAN que não votou a favor da resolução, tendo se abstido.

72 Ibid.
73 UN Web TV (n 41).
74 Malaysia (n 59).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
GRUPO 5: DIPLOMACIA DOS ESTADOS UNIDOS		
Canadá	Entrevistado: "Os Estados Unidos trabalharam muito para obter apoio para isso".	N/A
África do Sul	Entrevistado: "Houve um processo de construção da resolução que envolveu sessões informais em que os Estados Unidos explicavam o impacto e os efeitos dos detritos. Outras reuniões informais foram organizadas pelos Estados Unidos (juntamente com a Secure World Foundation) para compartilhar pesquisas relevantes sobre os testes destrutivos de mísseis ASAT-AD."	"Cont.: "Através destes processos, os Estados Unidos procuraram levar outros países a se comprometerem com a moratória. A capital da África do Sul foi informada sobre estas reuniões informais e ficou convencida do problema dos detritos espaciais. "Estes processos foram um fator determinante para o apoio da África do Sul à resolução. A África do Sul também foi motivada a apoiar a resolução devido ao impasse existente em torno da estagnação do PAROS"."
GRUPO 6: APOIADORA APESAR DO CARÁTER RESTRITO DA RESOLUÇÃO		
"Áustria Brasil* Alemanha† Japão Nova Zelândia Filipinas Reino Unido"	Defendeu uma extensão da proibição de testes destrutivos de quaisquer capacidades contraespaciais e da realização de atividades destrutivas (por exemplo, colisões deliberadas ou utilização de capacidades não cinéticas, como lasers) que causem detritos.[75]	"*Argumentou por um banimento de todos os testes destrutivos de ASAT.[76] †A Alemanha também sugeriu o banimento não só da utilização de capacidades coorbitais cinéticas de contraespaço, mas também da ameaça da sua utilização.[77]"
"Japão Estados Unidos da América*"	"Propôs limitar todas as ações destrutivas ou ações intencionais que causem destroços."[78]	*Reconhece que a resolução é "limitada a uma ameaça... e que o compromisso não está contido numa proposta de texto de tratado legalmente vinculativo."[79]
Mexico	"Preocupado com o fato de não existir uma proibição explícita no texto."[80]	N/A
Suíça	"Propôs que toda a utilização de capacidades ASAT, terrestres e baseadas no espaço, que produzam detritos sejam banidas."[81]	N/A
Associação dos Estados do Sudeste Asiático	"Reafirma a necessidade de [abordar] a questão dos mísseis em todos os seus aspectos, negociada multilateralmente no âmbito da ONU."[82]	Nota que o Laos foi o único Estado da ASEAN que não votou a favor da resolução, tendo se abstido.

75 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the Third Session' (n 21).
76 Ibid.
77 Ibid.
78 Ibid.
79 UN Web TV (n 13).
80 UN Web TV (n 41).
81 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the Third Session' (n 21).
82 Malaysia (n 59).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
GRUPO 7: INFLUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS		
Canadá	Entrevistado: "O Canadá faz questão de manter relações fortes e amigáveis com os seus aliados, o que é sempre um fator a ter em conta na co-assinatura de resoluções."	Cont.: "[A] situação geopolítica na Terra desenrola-se no espaço - quaisquer tensões em solo repercutem noutros domínios. O espaço não é exceção a esta situação. [O conflito na Ucrânia e o impasse geopolítico mais abrangente impedem o consenso sobre questões importantes". O impasse político que se verifica nos fóruns multilaterais baseados no consenso impede a realização de muitos objetivos valiosos que não deveriam ser afetados por outras situações. Atualmente, esta é a maior preocupação do entrevistado.
África do Sul	Entrevistado: "A geopolítica atual [significa] que é muito difícil chegar a um consenso em qualquer negociação. Não se trata apenas do espaço, mas também do nuclear e de muitas outras questões no âmbito dos fóruns de desarmamento, que têm sido relegadas para segundo plano há vários anos." Eles notam que, embora o problema da obtenção de consenso exista há anos, a geopolítica atual exacerba esta questão.	Cont.: "Devido a estas dificuldades, a África do Sul adota uma abordagem pragmática em relação à segurança espacial. Embora a sua prioridade seja um ILV no PAROS, "vamos tentar ver outras formas que possam se encaixar no quadrado".
GRUPO 8: PREOCUPAÇÃO COM TESTES DESTRUTIVOS PRÉVIOS DE ASAT-AD		
Um Estado Ocidental (1)	Entrevistado: observou que o ensaio destrutivo doe ASAT-AD da Rússia em 2021 teve um impacto muito significativo nas operações de outros satélites e reforçou a noção de que os testes destrutivos de ASAT-AD são uma má ideia.	N/A
República da Coreia	Os testes destrutivos anteriores de ASAT-AD são "uma ameaça direta aos recursos espaciais e os detritos espaciais de longa duração criados durante os testes representam um grande risco e uma ameaça... é por isso que expressamos a nossa preocupação em relação aos testes de mísseis ASAT [da Rússia] em novembro de 2021" e "explica a nossa posição nacional a respeito dos testes destrutivos [de ASAT-AD]"[83].	N/A
Estados Unidos da América	""Quando soubemos, em 15 de novembro de 2021, que a Rússia tinha efetuado testes destrutivos de mísseis ASAT-AD deliberadamente... acho que esse momento nos estimulou realmente a agir. "E é por isso que apenas alguns meses depois... os Estados Unidos anunciaram que iriam assumir um papel de liderança nesta questão, comprometendo-se a abster-se deste tipo de testes e encorajando outras nações a seguir o exemplo."[84]	N/A

83 SPOTLIGHT Talk: Hyerin Kim - Why a Moratorium on Anti-Satellite Testing Is Important (n 11).
84 SPOTLIGHT Talk: Audrey Schaffer - Why a Moratorium on Anti Satellite Testing Is Important (n 30).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
GRUPO 9: A RESOLUÇÃO AFETA POSITIVAMENTE / NÃO IMPACTA NEGATIVAMENTE NA SEGURANÇA NACIONAL		
Um Estado Ocidental (2)	De acordo com um alto funcionário de um Estado aliado dos EUA, que pediu anonimato, "os Estados Unidos estão muito interessados em preservar uma certa flexibilidade para operar no espaço", e isso foi tido em conta na elaboração da formulação específica da resolução sobre a ascensão direta e destrutiva.	N/A
Canadá	Entrevistado: Quando chegou à altura de decidir aderir à resolução, o Canadá procedeu a consultas internas, que se realizaram para garantir que todos estavam na mesma página e para efeitos da devida diligência.	N/A
África do Sul	Entrevistado: As discussões multilaterais sobre o espaço são críticas, oportunas e relevantes devido ao ritmo acelerado do desenvolvimento tecnológico. É importante desenvolver competências tecnológicas e sensibilizar para estas questões que são importantes e ameaçam a comunidade internacional.	Cont..: Descreve o desarmamento espacial como ""uma nova criança no bairro que realmente precisa de atenção... em termos de dados, discussões, conhecimentos técnicos... precisa realmente ser encorajado; as discussões devem continuar".
Estados Unidos da América	De acordo com Audrey Schaffer, Diretora para a Política Espacial no Conselho de Segurança Nacional, os Estados Unidos "estão liderando esta questão porque acreditamos que é do nosso interesse [de segurança nacional e económico]." [85] Assim, o Departamento de Defesa foi 'um dos primeiros e maiores proponentes [da moratória]."[86]	N/A

85 Ibid.

86 KEYNOTE: Fireside Chat with Lt Gen John Shaw on the Future of Military Space Activities (Directed by Secure World Foundation, 16 June 2023) <https://www.youtube.com/watch?v=gUd6lmupyhI> ('KEYNOTE').

Razões pelas quais os Estados Votaram Contra a Resolução

Numa declaração conjunta, a Bielorrússia, China, República Popular Democrática da Coreia, Nicarágua, Síria, Venezuela e Rússia "consideram que a sugestão de assumir um compromisso político para não realizar testes destrutivos [de ASAT-AD] é um passo na direção certa", antes de a referirem como "insuficiente" para garantir a utilização pacífica do espaço exterior e do PAROS.[87]

RAZÕES PARA SUAS OBJEÇÕES PODEM SER AGRUPADAS DA SEGUINTE FORMA:

Acredita que os Instrumentos Legalmente Vinculativos devem ser o Primeiro Passo

- Opõem-se veementemente a qualquer medida de segurança espacial que não seja um instrumento juridicamente vinculativo

Suspeitas de 'Espada & Escudo'

- A resolução proporciona aos Estados Unidos, que já testaram a tecnologia de mísseis antissatélite de ascensão direta, tanto uma "espada" ofensiva quanto um "escudo" dissuasor, enquanto impedem que outros Estados obtenham os benefícios defensivos do desenvolvimento desta capacidade

Retórica Moralizante

- O enquadramento da resolução como comportamento responsável versus irresponsável é uma retórica desagradável

Oposição Devido ao Caráter Restrito da Resolução

- A resolução é ineficaz - e pode piorar a segurança espacial devido ao fato de se concentrar apenas em mísseis antissatélite de natureza destrutiva e de ascensão direta

Influências Geopolíticas

- Estados votando "contra" junto aos seus aliados e aos Estados que partilham os mesmos interesses; Estados que se abstêm devido à natureza fortemente politizada da resolução

Preocupação e Suspeita com Retórica Passada

- Desconfiança sobre as razões e os méritos da resolução devido a declarações anteriores dos Estados Unidos

Preocupação com a Testagem Destrutiva Prévia de Mísseis Antissatélite de Ascenção Direta

- A resolução é hipócrita e os seus méritos são prejudicados devido a testes anteriores efetuados pelos Estados Unidos

A Resolução Afeta Negativamente/Não Melhora a Segurança Nacional

- A Resolução piora a segurança nacional, ou pelo menos, não a melhora

87 Russian Federation, Joint Statement on the Initiative on Undertaking Political Commitment Not to Conduct Destructive Direct-Ascent Anti-Satellite Missile Tests (n 24).

Tabela 6: Razões pelas quais os Estados Votaram contra a Resolução

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
GRUPO 1: ACREDITA QUE ILVS DEVEM SER O PRIMEIRO PASSO		
Cuba	""Este texto simplesmente apela aos Estados para que se comprometam a não efetuar testes destrutivos usando estes mísseis ASAT-AD. Este é um compromisso que não tem qualquer suporte ou valor legal... Há também a questão da falta de normas vinculativas [e] de um instrumento específico"[88], o que é prejudicial à promoção da sua adoção[89]. Considera que as TCBM voluntárias são relevantes, mas não substituem a adoção de um ILV."[90]	N/A
República Popular da China	"Expressou que, embora os instrumentos jurídicos não vinculativos, como as TCBM, "possam desempenhar um papel positivo... não são legalmente vinculativas e são incapazes de impedir fundamentalmente a "armamentização" e uma corrida armamentista no espaço exterior... A única solução para as ameaças à segurança espacial é negociar e concluir um [ILV] sobre o controlo de armas no espaço exterior o mais rapidamente possível."[91] Argumentou que uma moratória tem muito menos valor prático do que um acordo abrangente como o projeto de PPWT.[92] Insistiu em uma abordagem jurídica que incorpore novas leis, como o PPWT.[93] Enfatizou a necessidade da plena aplicação do direito internacional... e de um acordo de controle de armas legalmente vinculativo."[94]	"Argumenta que "os EUA .... evitam persistentemente uma solução abrangente não discriminatória e legalmente vinculativa... [Portanto] os motivos e a sinceridade desta iniciativa são dvidosos."[95] Entrevistado: "O governo chinês acredita que não pode apoiar esta resolução, uma vez que a China e a Rússia têm o seu projeto de PPWT... que aborda a questão de forma mais abrangente." Em certo ponto, o entrevistado questiona se os Estados têm um forte desejo de trabalhar em qualquer ILV."
Irã (República Islâmica do)	"Atribuímos grande importância ao início das negociações sobre um ILV abrangente para os propósitos do PAROS."[96]	N/A

88 UN Web TV (n 41).
89 Cuba, 'EXPLICACIÓN DE VOTO DE LA DELEGACIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA' (2022) <https://reachingcriticalwill.org/images/documents/Disarmament-fora/1com/1com22/statements/26Oct_Switzerland.pdf>.
90 Cuba, 'Intervención de La Delegación de Cuba En El Debate Temático Sobre "Espacio Ultraterrestre (Aspectos de Desarme)".' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Cuba-C3-26-Oct.pdf>.
91 China, 'Working Paper Submitted by China to the Third Session of the UN Open-Ended Working Group on Reducing Space Threats Through Norms, Rules and Principles of Responsible Behaviours' (2022) <https://docs-library.unoda.org/Open-Ended_Working_Group_on_Reducing_Space_Threats_(2022)/202301~1.PDF>.
92 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).
93 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting' (n 12).
94 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).
95 UN Web TV (n 13).
96 Ibid.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Federação Russa	"Afirmou que "apenas um acordo legalmente vinculativo sobre o PAROS" pode manter a paz no espaço e apela aos Estados Unidos para que demonstrem a sua dedicação à paz e à segurança no espaço através de um ILV.[97] Afirmou também a necessidade de uma "abordagem puramente jurídica" que cumpra rigorosamente as leis existentes.[98] "Sem garantias fiáveis para manter o espaço exterior livre de armas, consagradas num acordo internacional legalmente vinculativo sobre o PAROS, as soluções para as questões relacionadas com a utilização pacífica do espaço exterior e a segurança das atividades espaciais não são promissoras."[99]	"Entrevistado: A Rússia está sempre defendendo a ideia de um regime legalmente vinculativo que proíba todos os tipos de armas espaciais. No entanto, a resolução ASAT-AD é contrária à abordagem russa dos ILVs. A resolução "faz parte de outra abordagem centrada no desenvolvimento de um âmbito normativo para áreas específicas da segurança espacial. É também por isso que a Rússia não pode apoiar isto". Além disso, "antes do início da fase quente da crise [da Ucrânia] (...) havia sinais de que poderíamos ter avançado no sentido de concordar em partir de normas para chegar a um documento legalmente vinculativo. Mas por enquanto, a competição geral entre as grandes potências e o confronto real tornam muito difícil alcançar um consenso". Em relação ao tópico das normas versus ILVs, a Rússia está envolvida no desenvolvimento de normas através da assinatura de declarações conjuntas com diferentes Estados sobre a não colocação das primeiras armas no espaço. "Este é outro sinal de que se houvesse vontade política suficiente, tanto a Rússia quanto os EUA, a China e o Reino Unido poderiam chegar a algum tipo de solução conjunta que faça com que as duas abordagens à segurança espacial funcionassem em conjunto"."
GRUPO 2: SUSPEITAS DE 'ESPADA & ESCUDO'		
Irã (República Islâmica do)	Argumenta que esta resolução é discriminatória. "Se esta iniciativa se tornar universal, dá vantagens a certos grupos de Estados que já dispõem de tais meios, enquanto outros, principalmente os Estados em desenvolvimento, se encontrarão numa posição discriminatória."[100]	"Acreditamos que... o Exército dos Estados Unidos está obviamente buscando a supremacia militar no espaço exterior. É difícil acreditar que existam boas intenções por trás desta proposta hipócrita."[101]

97 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).
98 Ibid.
99 Russian Federation, 'Statement by Mr. Konstantin VORONTSOV, Deputy Head of the Delegation of the Russian Federation' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Russia-C3-26-Oct-EN.pdf>.
100 UN Web TV (n 13).
101 Ibid.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
República Popular da China	"Na OEWG, a China sugeriu que a moratória (e a resolução) "era um meio de procurar vantagens sob o pretexto de controle de armas."[102] A China sugeriu que o desenvolvimento de normas "resultará no domínio do espaço exterior por um Estado; "[103] "as 'normas' subjetivas e seletivas podem muito bem ser usadas como um instrumento político pela superpotência para servir os seus próprios interesses;"[104] que "a discriminação resultaria das restrições voluntárias aos testes destrutivos de armas DA-ASAT."[105] Chama a resolução de hipócrita, uma vez que não restringe nem limita a estratégia "liderada pelos EUA" de desenvolver e avançar as capacidades militares no espaço exterior. Descreve-a como "uma iniciativa de controle de armas muito paroquial que não tem qualquer significado para a autocontenção e repete o mesmo velho caminho de proteção militar primeiro, controle de armas depois, de durante a Guerra Fria. Portanto, a China "opõe-se à prática da expansão da superioridade militar unilateral sob o pretexto do controle de armas. Os motivos e a sinceridade desta iniciativa são duvidosos... A iniciativa dos EUA é uma trapaça."[106]	"Entrevistado: Esta iniciativa afeta mais os Estados que não dispõem de tais capacidades do que os que já as têm. Para os Estados sem capacidades ASAT-AD, tomando como exemplo a Índia pré-2019, o seu teste ASAT-AD de 2019 destinava-se a sinalizar a outras potências espaciais que ela pertencia ao clube, e não para dissuadir um Estado em particular. No entanto, para os Estados com capacidades ASAT-AD, não há razão para voltarem a testar um ASAT-AD apenas para efeitos de demonstração tecnológica. Mesmo sem esta iniciativa, fatores como a pressão internacional e a responsabilidade legal são custos elevados que impedem os Estados de realizarem testes de ASAT-AD que possam causar danos a terceiros. Para tais Estados, os testes ASAT-AD podem ser efetuados por outras razões. Se a sua segurança nacional estivesse sob severa ameaça, um teste ASAT-AD poderia sinalizar a sua determinação contra ameaças externas. Portanto, um dos objetivos desta iniciativa é eliminar as opções estratégicas de outros Estados quando sofrem uma grave ameaça à sua segurança."Estamos chegando muito perto da verdade aqui". Existe a preocupação de que um Estado cuja sobrevivência esteja em jogo considere seriamente a opção estratégica de utilizar ASAT-AD, mesmo que tenha assinado qualquer tratado, resolução ou compromisso. Em outras palavras, tal "exceção" poderia ser proposta por certos Estados como opções de reserva no tratado pertinente ou, pelo menos, poderia ser justificada sob circunstâncias específicas do direito internacional moderno. "Para os países com capacidades ASAT-AD, por exemplo, os Estados Unidos, [eles] poderiam ainda conduzir (testes de) ASAT-AD por muitas outras razões." Não lhe chamarão de teste, como o que foi feito em 2008. "Os Estados Unidos nunca admitiram que se tratava de um teste ASAT, chamaram-no de uma forma de contingência para salvar as pessoas no solo. Assim, na teoria isto poderia voltar a acontecer de forma semelhante." As demonstrações anteriores de testes destrutivos de ASAT-AD realçam a significância desta capacidade. Assim, uma das razões por trás desta resolução "é um jogo [dos Estados Unidos], um instrumento para limitar as opções estratégicas de dissuasão de outros países". Mas, muitas delegações da ONU veem esta resolução como uma contribuição em direção à proteção do ambiente espacial. É por isso que esta resolução obteve tanto apoio. Alguns deles não percebem como "esta resolução é um perigoso jogo político entre potências". Por conseguinte, o entrevistado salienta que a perspectiva militar e de segurança por trás desta resolução tem de ser compreendida."

102 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting' (n 12).
103 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).
104 China (n 91).
105 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).
106 UN Web TV (n 13).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Federação Russa	"Preocupada com o fato de que "uma discriminação resultaria das restrições voluntárias aos ensaios destrutivos de armas ASAT-AD... argumentando que 'certos Estados não terão um escudo enquanto outros ainda terão uma espada'".[107] "A eventual universalização ou utilização universal desta iniciativa criaria uma vantagem para uma certa seleção de Estados que já dispõem destes meios à sua disposição. Todos os outros Estados, principalmente os Estados em desenvolvimento, seriam discriminados."[108] "Esta decisão de Washington não parece ser mais do que uma espécie de tentativa de desviar a atenção da comunidade internacional dos seus objetivos reais, que estão clara e inequivocamente expostos nos documentos políticos dos Estados Unidos sobre o espaço exterior."[109]	Entrevistado: "Há sempre a preocupação de que se trate de uma espécie de plano astuto para privar a Rússia de capacidades, mantendo a sua própria capacidade".
GRUPO 3: RETÓRICA MORALIZANTE		
República Popular da China	""Vários países declaram... que mesmo que uma ação seja legal à luz do direito internacional, em alguns contextos essa ação pode não ser vista como responsável. Tal argumento está tentando julgar a 'hard law' pela 'soft law', o que cria uma lacuna lógica crítica."[110] O entrevistado afirmou que a China tem preocupações processuais e políticas em relação à forte retórica moral da resolução sobre o comportamento responsável versus o irresponsável. Qualquer Estado é sensível ao fato de ser castigado e julgado de uma perspectiva moral."	"O entrevistado está preocupado porque para o domínio espacial, esta é "a primeira vez que a dicotomia responsável versus irresponsável está sendo colocada a um nível tão elevado". O entrevistado explica que, em vez de utilizar tal retórica moral para justificar a criação de novas medidas, a fonte da moralidade deveria vir do que é legal e ilegal e não o contrário."
GRUPO 4: OPOSIÇÃO DEVIDO AO CARÁTER RESTRITO DA RESOLUÇÃO		
Cuba	A resolução não endorsa um banimento do uso ou da ameaça de uso da força no espaço exterior. Além disso, declara que ela apenas desencoraja a testagem destrutiva de mísseis ASAT-AD que gerariam destroços.[111]	N/A

107 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).
108 UN Web TV (n 13).
109 Ibid.
110 China (n 91).
111 Cuba, EXPLICACIÓN DE VOTO DE LA DELEGACIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA (n 89).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Irã (República Islâmica do)	"Considera a resolução insuficiente, uma vez que não renuncia ao desenvolvimento e ao fabrico dos sistemas ASAT, à sua utilização, aos testes não destrutivos de ASAT, nem à eliminação das armas ASAT destrutivas existentes. Além disso, critica a falta de uma definição de armas ASAT e dos testes de tais armas. Salienta ainda a falta de um mecanismo de verificação.[112]	N/A
República Popular da China	Observou que a moratória proposta para as testagens não mencionou o desenvolvimento, a produção, a implantação e a utilização efetiva de armas ASAT.[113]	Além disso, o entrevistado observou que a resolução "não menciona outras atividades que possam ameaçar ou perturbar as operações normais das atividades espaciais de outros Estados".
Federação Russa	Descreveu a resolução como "completamente insuficiente", uma vez que não renuncia ao desenvolvimento e produção de sistemas ASAT, à sua utilização, aos testes de ASAT não destrutivos, nem à eliminação das armas ASAT destrutivas existentes.[114]	"Deseja uma proibição abrangente "contra a criação, teste ou instalação de armas no espaço, incluindo para fins de defesa ABM ou ASAT, e apelou à destruição de quaisquer sistemas desse tipo que já existam."[115] Entrevistado: A Rússia tem grandes preocupações no que diz respeito às armas espaciais, à "armamentização", ao posicionamento de armas de ataque no espaço capazes de atingir objetos na Terra ou de fazer parte da faixa de interceptação da defesa antimíssil, e a inteligência, vigilância e reconhecimento, e mesmo as camadas de seleção de alvos dos sistemas espaciais. "É por isso que focar apenas em uma questão parece inapropriado. É por isso que a Rússia está preocupada com uma proibição que se refere apenas a ASATs destrutivos de ascensão direta sem levar em consideração todo o resto." Há preocupações muito reais de que as capacidades espaciais possam minar a estabilidade estratégica global."

112 UN Web TV (n 13).
113 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the Third Session' (n 21).
114 UN Web TV (n 13).
115 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
GRUPO 5: INFLUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS		
República Popular da China	"Entrevistado: Independentemente dos temas que estão sendo discutidos, é sempre sobre competição, liderança, influência e superioridade, estes jogos de poder que se desenrolam no espaço. Por isso, esta resolução é entendida como uma forma de competição entre os dois Estados. “Considerando o estado geral da geopolítica, é muito difícil para a China apoiar uma iniciativa dos Estados Unidos e vice-versa”. As tensões de contestação entre as potências no espaço afetam a posição chinesa e a posição de outros Estados."	"Cont.: “O fato de se destacar apenas os ASAT-ADs gera mais incertezas que seja apenas um jogo entre as grandes potências. De uma perspectiva política, revela tensões mais amplas entre os dois lados.” A natureza frágil do espaço exterior preocupa os entrevistados, mas estes consideram que o maior desafio é a frágil relação entre as potências no espaço: “a falta de confiança mútua ou de entendimento estratégico entre as potências. Não se gostam, não confiam umas nas outras e não acreditam que possam chegar a entendimentos estratégicos no curto prazo”. O entrevistado está desiludido com o fato de, entre as potências, “ninguém querer... mostrar uma atitude verdadeiramente amigável em relação à solução dos problemas no espaço. Não vejo aí processo algum”. De acordo com um representante não chinês que solicitou o anonimato: Embora a China tenha se pronunciado sobre os méritos da resolução, “é óbvio que não aderiu por razões políticas, mais do que qualquer [outra] coisa”."
Federação Russa	"Preocupada “com a concretização da política dos países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, [de utilizar] o espaço exterior para fins militares, a fim de assegurar o seu domínio e supremacia.”[116] Entrevistado: Uma das razões pelas quais a Rússia votou desta forma foi o fato da resolução ser “promovida pelos adversários da Rússia”. “No momento, a concorrência geral entre as grandes potências e os confrontos reais tornam muito difícil chegar a um consenso.”"	"Cont.: “Tal como noutros domínios da governança internacional, a governança espacial sofre com o desenvolvimento de novas normas e regras de jogo” (ou seja, com o aumento das tensões geopolíticas). Mas não é tão má como noutros domínios; continua a haver cooperação a bordo da ISS entre a NASA e a ROSCOSMOS, mas poderia ter sido melhor. O especialista está preocupado com a “balcanização da governança internacional”, citando os Acordos Artemis como um exemplo em que os EUA lideram e, posteriormente, tentam trazer outros Estados para o seu lado. De acordo com um representante não russo que solicitou o anonimato: Embora a Rússia tenha se pronunciado sobre os méritos da resolução, “é óbvio que não aderiu por razões políticas, mais do que qualquer outra coisa”."
GRUPO 6: PREOCUPAÇÃO E SUSPEITA COM RETÓRICA PASSADA		
República Popular da China	"Lamenta que o espaço tenha sido “declarado como um ‘domínio de combate’ por um determinado país.”[117] Entrevistado: Destaca as declarações dos Estados Unidos que transmitem uma “mensagem muito clara de que a China e a Rússia são os maiores desafios, ou inimigos” como exemplo do que é a “essência do desafio”."	N/A

116 Russian Federation, Statement by Mr. Konstantin VORONTSOV, Deputy Head of the Delegation of the Russian Federation (n 99).

117 China (n 91).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Federação Russa	""Esta decisão de Washington não parece ser mais do que uma espécie de manobra, uma tentativa de desviar a atenção da comunidade internacional dos seus esforços reais, que estão clara e inequivocamente expostos nos documentos políticos dos Estados Unidos sobre o espaço exterior. "A estratégia de defesa e as doutrinas da Força Espacial dos EUA definem claramente estes objetivos. Têm por objetivo o domínio militar e a sua supremacia no espaço exterior. O próprio espaço exterior é visto como uma arena de competição."[118]	Entrevistado: "É crucial para a Rússia sentir e ver que as preocupações russas também estão sendo abordadas, [que] não é apenas uma via de sentido único. [É muito irritante] quando as pessoas pedem à Rússia que faça ou apoie alguma coisa sem sequer tentar falar ou abordar as questões que preocupam a Rússia. Tem de haver sempre uma espécie de dar e receber".
Movimento Não Alinhado	"Rejeita a declaração dos Estados Unidos em 2018 de que 'o espaço é um domínio de combate' ou 'o próximo campo de batalha'."[119]	N/A
GRUPO 7: PREOCUPAÇÃO COM A TESTAGEM DESTRUTIVA PRÉVIA DE ASAT		
República Popular da China	"Entrevistado: "Para os países com capacidades ASAT-AD, por exemplo os Estados Unidos, [eles] poderiam ainda conduzir ASAT-AD por muitas outras razões". Não chamarão de teste, como o que foi feito em 2008. "Os EUA nunca admitiram que se tratava de um teste de ASAT, chamaram-no de uma forma de contingência para salvar as pessoas em solo. Por isso, em teoria, isto poderia voltar a acontecer de forma semelhante". As demonstrações anteriores de testes destrutivos de ASAT-AD realçam a importância desta capacidade."	Relevante para o argumento da Espada e Escudo (Grupo 2) contra esta resolução.
Federação Russa	Questiona os méritos e as intenções por trás desta resolução, argumentando que esta resolução só foi introduzida depois de os Estados Unidos já terem testado com sucesso suas capacidades destrutivas ASAT-AD com êxito.[120]	Relevante para o argumento da Espada e Escudo (Grupo 2) contra esta resolução.

118 UN Web TV (n 13).

119 Indonesia (n 62).

120 Russian Federation, 'И Контроля Над Вооружениями МИД России К.В.Воронцова с Разъяснением Позиции По Проекту Резолюции «Испытания Противоспутниковых Ракет Прямого Перехвата» в Первом Комитете 77-й Сессии ГА ООН' (2022) <https://reachingcriticalwill.org/images/documents/Disarmament-fora/1com/1com22/eov/L62_Russia.pdf>.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
GRUPO 8: A RESOLUÇÃO AFETA NEGATIVAMENTE / NÃO MELHORA A SEGURANÇA NACIONAL		
República Popular da China	Além do argumento Espada & Escudo (Grupo 2), o entrevistado explicou que “a possibilidade de fazer [um teste de ASAT-AD] também tem valor estratégico”. O entrevistado salienta que o fato de um Estado se opor à resolução não significa que pretenda realizar outro teste. “As pessoas associam sempre estes dois assuntos. Não é correto. Sempre que falamos de objeção a esta resolução... é apenas uma preferência em manter a possibilidade de fazer isso no futuro. É uma preocupação estratégica, seu valor como dissuasão”.	Cont.: De uma perspectiva militar, esta resolução irá desencadear uma corrida armamentista e um dilema de segurança entre as potências espaciais. No caso das armas ASAT-AD serem banidas ou proibidas, os Estados simplesmente irão procurar abordagens alternativas para alcançar o mesmo valor estratégico que foi perdido. Perante todos estes desafios, o controle de armas não deve ser um instrumento utilizado por um Estado para obter vantagens militares ou estratégicas sobre outro Estado.
Federação Russa	"Além do argumento da Espada & Escudo (Grupo 2), o entrevistado declarou que a utilização ativa de capacidades espaciais militares e comerciais para permitir operações terrestres por parte dos militares ucranianos é a razão pela qual os funcionários russos fizeram comentários públicos de que os satélites comerciais poderiam tornar-se alvos legítimos das capacidades contraespaciais da Rússia. “Com estas mensagens, o apoio a uma resolução que proíbe os mísseis ASAT-AD pareceria ilógico”, apesar de duvidar que a Rússia tenha um real interesse em utilizar ASAT-AD no conflito em curso."	"Cont.: Sublinhou que o desenvolvimento de capacidade contraespacial na Rússia não é motivado por ideias malignas. Pelo contrário, decorre de uma preocupação muito real com o fato de as capacidades espaciais poderem comprometer a estabilidade estratégica integrada. Além disso, “no momento existem suficientes alvos apetitosos no espaço que podem tornar úteis os mísseis ASAT-AD”. Ver também a Tabela 2 sobre a forma como esta questão está indissociavelmente ligada à maior preocupação de segurança da Rússia a respeito da defesa antimíssil."

Razões pelas quais os Estados se Abstiveram à Resolução

AS RAZÕES DADAS PODEM SER AGRUPADAS DA SEGUINTE FORMA:

Influências Geopolíticas

- Estados se abstendo por causa da natureza altamente politizada da resolução

Forte Preferência por Instrumentos Legalmente Vinculativos sobre Medidas Não-Legalmente Vinculativas

- Forte oposição a qualquer medida de segurança especial que não seja um instrumento legalmente vinculativo

Oposição Devido ao Caráter Restrito da Resolução

- A resolução é ineficaz e pode piorar a segurança espacial, uma vez que se centra apenas no teste destrutivos de mísseis antissatélite de ascensão direta.

Outros

- O fato de a resolução se centrar nos detritos espaciais coloca-a sob a alçada do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS); e uma referência à retórica

Tabela 7: Razões pelas quais os Estados se Abstiveram à Resolução

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
GRUPO 1: FORTE PREFERÊNCIA POR ILV SOBRE MEDIDAS NÃO LEGALMENTE VINCULATIVAS		
Índia	"A Índia, que indicou uma preferência por um instrumento juridicamente vinculativo que provenha uma "garantia mais forte de cumprimento das obrigações", continua aberta a novos resultados não vinculativos, incluindo normas e outras medidas de transparência e de geração de confiança."[121]	N/A
Paquistão	"Não somos avessos à ideia de mais de um ILV como parte desta abordagem abrangente, mas cada medida deve ser claramente vista como um contributo para o objetivo mais amplo do PAROS."[122]	N/A

121 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).
122 UN Web TV (n 13).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Sri Lanka	"É sua “firme convicção” que o PAROS só poderia ser alcançado através de um ILV.[123] Acolhe favoravelmente as “deliberações relativas a normas, regras e princípios de comportamentos responsáveis” como uma medida útil. Declara que é imperativo que essas deliberações constituam um passo intermédio para um instrumento jurídico vinculativo sobre o PAROS.[124]	N/A
GRUPO 2: OPOSIÇÃO DEVIDO AO CARÁTER RESTRITO DA RESOLUÇÃO		
Índia	"Esta resolução não aborda a questão fundamental da prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior através de um instrumento legalmente vinculativo universalmente aceitável, verificável e negociado multilateralmente sobre o PAROS. A Índia acredita que esse instrumento deveria enfocar todas as ameaças espaciais de uma forma abrangente. ""Estamos, portanto, pressionados a nos abstermos na votação da L.62."[125]	N/A

123 Ibid.
124 Sri Lanka (n 25).
125 UN Web TV (n 13).

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Paquistão	"Registra elementos positivos na resolução*, mas decidiu abster-se devido a ""algumas lacunas no rascunho atual"". Em primeiro lugar, o texto ""evita [expressar] a preocupação com a crescente corrida armamentista no espaço exterior, as ameaças urgentes para o e do espaço, incluindo a sua "armamentização", e a forma como estes desenvolvimentos impedem o progresso à negociação de um ILV sobre o PAROS"". Segundo, a Conferência sobre o Desarmamento ""foi impedida de iniciar negociações"" sobre um ILV relativo ao PAROS. Terceiro, a resolução enfoca apenas os sistemas ASAT de ascensão direta e apenas impede os seus testes. Não aborda o seu desenvolvimento, produção e implantação. Quarto, a segurança espacial deve ser abordada de uma forma holística porque ""o compromisso de não testar apenas um tipo de [arma] ASAT não impediria o desenvolvimento ou a instalação de outras armas e sistemas ASAT, nem os seus testes não destrutivos"". Em quinto lugar, deseja que o Artigo Um do Tratado do Espaço Exterior seja ""claramente enunciado no texto"". Por último, opõe-se a ""sugestões sobre a aplicabilidade do direito internacional dos conflitos armados ao espaço exterior"[126]	"* Reafirmação da prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior; necessidade de manter o espaço como um ambiente pacífico e sustentável para o benefício de todos; promoção e reforço da cooperação internacional; e uma referência ao Artigo Nove do Tratado do Espaço Exterior. ""Também concordamos com o espírito generoso [do Parágrafo 3] e o seu apelo a todos os Estados para que tomem novas medidas que possam contribuir para instrumentos legalmente vinculativos sobre o PAROS em todos os seus aspectos."[127]
Sri Lanka	A resolução foca apenas nos mísseis ASAT destrutivos de ascensão direta; não se refere à produção, pesquisa e desenvolvimento, nem à sua utilização; e que "o texto carece de transparência suficiente em relação ao objetivo final a ser atingido"[128]	N/A
GRUPO 3: OUTROS		
Índia	"Partilhamos as preocupações sobre os potenciais perigos decorrentes dos detritos espaciais para a segurança e sustentabilidade de longo prazo do espaço exterior... A Índia acredita, no entanto, que as questões relacionadas aos detritos são de competência do [COPUOS]." [129]	N/A

126 UN Web TV (n 41).
127 Ibid.
128 UN Web TV (n 13).
129 Ibid.

ESTADO	POSIÇÃO NACIONAL	ANOTAÇÕES E CONTEXTO ADICIONAL
Sri Lanka	"Rejeita qualquer doutrina que procure classificar o espaço como um 'domínio de combate' ou 'o próximo campo de batalha'" e descreve os detritos espaciais como um risco significativo.[130]	N/A

130 Sri Lanka (n 25).

O Futuro da Testagem Destrutiva de ASAT-AD e a Conjuntura Mais Ampla da Governança Espacial Internacional

Alguns entrevistados apresentaram as suas ideias pessoais sobre o que virá depois da moratória e da resolução. Os seus pontos de vista estão refletidos na tabela seguinte e não devem necessariamente ser considerados como refletindo a posição nacional.

Tabela 8: Pensamentos em Relação ao Futuro

ESTADO	TESTAGEM DESTRUTIVA DE ASAT-AD	ÂMBITO DA GOVERNANÇA ESPACIAL INT.
Canadá	"Entrevistado: Os compromissos e a resolução anti-ASAT-AD serão integrados nos correntes processos, como do OEWG e do GGE sobre a prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior. A resolução era bastante promissora e poderia eventualmente fazer parte de um tratado mais amplo no futuro. Os compromissos unilaterais constituem o desenvolvimento de tal norma que poderá eventualmente conduzir a um instrumento legalmente vinculativo. Os compromissos ajudarão a ditar o comportamento no espaço e, o que é mais importante, permitirão denunciar os maus comportamentos. Deverá ser observado se, nos próximos anos, haverá uma dinâmica que possa resultar num potencial tratado e, caso contrário, espera-se que ainda assim mais Estados continuem a assumir os compromissos. ""Em princípio, [uma resolução legalmente vinculativa] é algo que o Canadá poderia provavelmente apoiar"". Mas o diabo está nos detalhes."	"Cont.: O quadro internacional de governança espacial está desatualizado e necessita de uma atualização. Em primeiro lugar, existe uma dicotomia cada vez mais falsa entre Viena e Genebra. Muitos dos aspectos civis e de segurança não podem ser separados (por exemplo, a forma como os detritos espaciais afetam tanto a sustentabilidade quanto a segurança). É necessária uma melhor coordenação entre os dois organismos. No entanto, há muita resistência a este objetivo. Alguns Estados continuam a insistir que ""as questões de Genebra devem ficar em Genebra"" e o mesmo se aplica a Viena. Grato com os progressos do OEWG e considera que o seu trabalho tem sido inestimável."
Nigéria	N/A	"Entrevistado: Certos elementos incorporados no trabalho do OEWG poderiam apresentar um conjunto inicial de princípios que, se claramente especificados e alcançado o consenso, poderiam constituir o pilar de um futuro ILV."

ESTADO	TESTAGEM DESTRUTIVA DE ASAT-AD	ÂMBITO DA GOVERNANÇA ESPACIAL INT.
República Popular da China	"Entrevistado: Acredita que o Governo chinês, em vez de se limitar a rejeitar a resolução, proverá uma proposta, na sua visão, mais prática, equilibrada e abrangente como uma contribuição para a comunidade internacional. Questiona se os Estados têm um forte desejo de trabalhar em algum ILV. Em um potencial ILV sobre testes destrutivos ASAT-AD questiona, a nível processual, onde e como seria proposto tal tratado, tendo em conta a dificuldade de consenso. Além disso, a comunidade internacional deve considerar os recursos limitados da ONU. Na opinião dos entrevistados, um tratado menos abrangente após décadas de trabalho não valeria a pena."	"Cont: Seguindo adiante, ""temos de ser pragmáticos, mesmo que dificilmente consigamos chegar a um consenso sobre a estratégia e a geopolítica no espaço"". Devem ser criados mecanismos pragmáticos para evitar mal-entendidos e percepções errôneas no espaço. Tal como o Canadá, o Parlamento Europeu aponta os desafios processuais decorrentes da falta de conexão entre os diferentes organismos da ONU. Por exemplo, Genebra e Nova Iorque são ambientes muito desgastantes que carecem de apoio jurídico de Viena."
Federação Russa	"Entrevistado: Espera que o trabalho sobre o desafio das ASAT-AD continue. Ele provavelmente será incluído na agenda da próxima AGNU e de outros órgãos de trabalho da ONU sobre segurança espacial. Prevê que os Estados ocidentais contatarão os Estados que votaram contra ou se abstiveram e que a Índia poderá votar a favor da próxima vez, uma vez que está interessada em participar nos projetos espaciais dos EUA. ""A Rússia irá, com o apoio da China, tentar desenvolver uma resolução alternativa"". Há uma boa chance da "" Rússia conseguir encontrar uma linguagem que reunirá muitos países em apoio à versão russa de uma resolução que tratará deste ou de outros aspectos da segurança espacial"". O especialista está ""confiante de que a Rússia está interessada em manter o espaço seguro"" porque ""existe um entendimento muito real de que a Rússia também precisa do espaço para necessidades civis e militares"". A Rússia não estaria interessada numa resolução legalmente vinculativa centrada apenas nas armas ASAT-AD, mas estaria interessada se abordasse questões mais amplas de segurança espacial."	"Cont.: ""Tal como em outras áreas de governança internacional, a governança espacial sofre com o desenvolvimento de novas normas e regras"" (ou seja, com o aumento das tensões geopolíticas). Mas não é tão ruim como em outros domínios; ainda existe cooperação a bordo da Estação Espacial Internacional entre a NASA e a ROSCOSMOS, mas poderia ter sido melhor. Estão preocupados com a ""balcanização da governança internacional"", citando os Acordos Artemis como um exemplo em que os EUA lideram e, posteriormente, tentam trazer outros Estados para o seu lado."

ESTADO	TESTAGEM DESTRUTIVA DE ASAT-AD	ÂMBITO DA GOVERNANÇA ESPACIAL INT.
África do Sul	"Entrevistado: No momento em que se escreve, não sabe se haverá uma continuidade da resolução sobre o tema das armas ASAT-AD. Este tópico será incluído em processos correntes, como o OEWG e um novo GGE sobre o PAROS. Se a resolução for novamente apresentada, os votos poderão ser semelhantes ou ligeiramente diferentes. Isto dependerá do desenrolar das negociações nas reuniões informais e de quais emendas substanciais à resolução forem propostas. Observa que ""no futuro, ainda haverá zonas cinzentas nesta questão"". ""Em termos de um ILV sobre ASATs, essa é uma discussão que ainda não surgiu... mas apoiamos as discussões sobre isso""."	"Cont.: A África do Sul está preocupada com o surgimento de processos paralelos (por exemplo, no Primeiro Comitê, a criação de um OEWG, um GGE, e discussões separadas sobre elementos específicos destes processos. Tudo isso antes de o primeiro OEWG ter sido autorizado à sua conclusão. Processos podem ser e até já foram encerrados pelos que estão na oposição). Isso torna as discussões mais difíceis de acompanhar. O entrevistado afirma que outros Estados também estão preocupados com a política que envolve estes processos. Chama atenção para a importância multigeracional da segurança e governança espaciais. Os debates multilaterais sobre o espaço são críticos, oportunos e relevantes devido ao ritmo acelerado do desenvolvimento tecnológico. É importante desenvolver os conhecimentos tecnológicos e aumentar a sensibilização para estas questões tão importantes e que constituem uma ameaça à comunidade internacional. O entrevistado descreve o desarmamento espacial como ""uma nova criança no bairro que realmente precisa de atenção... em termos de dados, discussões, conhecimentos técnicos... precisa realmente ser encorajado; as discussões devem continuar""."

Análise conclusiva: Convergências e Divergências nas Posições dos Estados

Este relatório revela um misto de convergências e divergências entre os Estados sobre a questão dos testes destrutivos ASAT-AD.

AS CONCLUSÕES DE ALTO NÍIVEL INCLUEM:

- Um número significativo de Estados está preocupado com a testagem destrutiva de ASAT-AD
- Uma grande ênfase nos detritos esteve presente em toda esta iniciativa
- A diferença de prioridade das preocupações entre as potências espaciais desenvolvidas (preocupações mais estritas de segurança) e as potências espaciais em desenvolvimento (detritos, acesso ao espaço e a devida consideração nos termos do artigo 9 da OST)
- O fator geopolítico subjacente aos votos não pode ser ignorado. Em alguns casos, ultrapassando em importância a substância da resolução
- Os Estados votantes contra a resolução invocam razões muito semelhantes
- Aspectos semelhantes da resolução são citados tanto como razões de apoio como de oposição
    - *Caráter restrito da resolução*
    - *Geopolítica*
    - *Testagens destrutivas previas de ASAT-AD*
    - *O debate em relação a normas versus ILVs*
- Os Estados Unidos lideraram esta iniciativa e o apoio de alguns Estados do MNA foi fundamental para que a resolução fosse amplamente apoiada
- A necessidade de os Estados em desenvolvimento disporem de maiores conhecimentos técnicos e jurídicos em relação aos efeitos dos testes destrutivos de ASAT-AD e às implicações de um compromisso

Uma das razões do sucesso da resolução parece ser a forma como ela se conecta a questão dos testes destrutivos de ASAT-AD a duas distintas e importantes preocupações: os detritos espaciais e o armamento no espaço exterior (ou seja, referindo-se geralmente à "proliferação, teste, instalação e utilização de armas ou capacidades contraespaciais", embora não seja um conceito universalmente aceito[131]). O crescimento significativo dos detritos espaciais afeta todos os Estados e os Estados em desenvolvimento argumentam que os seus ativos espaciais estão em maior risco devido às suas capacidades mais rudimentares, por exemplo, em termos de manobrabilidade (*Tabela 5, Grupo 4*). Por conseguinte, o enquadramento da resolução A/RES/77/41 como um passo positivo para a redução do lixo espacial parece ser fundamental para garantir o apoio dos Estados em desenvolvimento e das potências espaciais em desenvolvimento.

Todos os entrevistados, com exceção do especialista russo, manifestaram preocupação com os detritos espaciais e a questão dos detritos foi mencionada em muitas declarações dos delegados em referência ao tópico dos testes destrutivos de ASAT-AD. Isto reflete o "interesse que também estava convergindo sobre... evitar a criação deliberada ou intencional de detritos

131 Ortega and Samson (n 2).

espaciais" no OEWG.[132]

Por outro lado, as implicações para a segurança nacional são sobretudo uma prioridade para as potências espaciais desenvolvidas. Embora o espaço também afete a segurança nacional dos países em desenvolvimento, tende a ser muito mais importante para os países desenvolvidos, que tendem a ser mais dependentes do espaço, estando os Estados Unidos no extremo do espectro: "Não creio que seja um exagero dizer que nós [os Estados Unidos] somos mais dependentes do espaço do que qualquer outro país do mundo."[133]De fato, as preocupações com a segurança nacional são também fatores importantes para a China e a Rússia, dado o seu *status* de potências espaciais.

Uma indicação de uma potencial mudança nas posições tradicionais sobre esta questão pode ser vista numa declaração conjunta da Bielorrússia, China, República Popular Democrática da Coreia, Nicarágua, Síria, Venezuela e Rússia, que "considera que a sugestão de assumir um compromisso político para não realizar testes destrutivos [ASAT-AD] é um passo na direção certa."[134]A China "parabenizou qualquer iniciativa de controlo de armamento que contribuísse para o PAROS"[135] e a Rússia "observou que a declaração era uma resposta positiva às iniciativas práticas sobre o PAROS."[136]

Dito isto, os votos finais da China e da Rússia contra a resolução e a abstenção da Índia são provavelmente explicados por outros fatores. As razões semelhantes citadas pelos três Estados são o caráter restrito da resolução, uma forte preferência pelos ILV e a geopolítica. A resolução

abrange, especificamente, o teste destrutivo de mísseis ASAT e de ascensão direta. Não abrange o desenvolvimento, a produção, a projeção e a utilização desta capacidade, nem de capacidades não AD, como as armas coorbitais e as armas contraespaciais espaço-terra (Tabela 6, Grupo 4; Tabela 7, Grupo 2). Embora os Estados que apoiam esta resolução descrevam o caráter restrito como uma caraterística de um primeiro passo para medidas mais abrangentes, a China, a Rússia e a Índia opõem-se a esta abordagem. (O caráter restrito também foi citado como uma razão para as abstenções do Paquistão e do Sri Lanka).

A China, a Rússia e Índia preferem fortemente abordar as questões de segurança espacial através de um amplo ILV (Tabela 6, Grupo 1; Tabela 7, Grupo 1). A Rússia e a China continuam a apoiar o seu projeto de tratado sobre PPWT. Esta parece ser uma linha vermelha forte para os dois primeiros Estados, ao passo que a Índia parece ser menos rigorosa em relação a esta regra, tendo já referido anteriormente que continua aberta a medidas não vinculativas[137]. (Uma forte preferência por ILVs foi também citada como razão para as abstenções do Paquistão e do Sri Lanka).

Este relatório observa a continuação de uma divisão geopolítica entre, em termos gerais, a China, a Rússia e o Ocidente; e a forma como a geopolítica tem precedência sobre quaisquer considerações substanciais sobre os méritos da resolução (Tabela 6, Grupo 5). Vários entrevistados referiram este fato como a razão da objeção da China e da Rússia. Muitos dos inquiridos salientaram uma grande preocupação com a forma como as tensões geopolíticas terrestres se refletem na diplomacia espacial e a obstruem.

---

132 Ploughshares, Recommendations by States from the Third Session of the United Nations Open-Ended Working Group on Reducing Space Threats (July 2023).

133 SPOTLIGHT Talk: Audrey Schaffer - Why a Moratorium on Anti Satellite Testing Is Important (n 30).

134 Russian Federation, Joint Statement on the Initiative on Undertaking Political Commitment Not to Conduct Destructive Direct-Ascent Anti-Satellite Missile Tests (n 24).

135 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting' (n 12).

136 Ibid.

137 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).

Como afirmou o especialista russo:

> *Antes do início da fase quente da crise [na Ucrânia]... havia sinais de que poderíamos ter avançado na direção da concordância em partir de normas para eventualmente chegar a um documento legalmente vinculativo. Mas por enquanto, a competição geral entre as grandes potências e o confronto efetivo tornam muito difícil se chegar a um consenso.*

Como explicou o representante de um Estado do MNA, o MNA aprecia esta questão através de uma perspectiva geopolítica. Alguns Estados do MNA veem esta resolução como um estratagema para fazer a Índia, a China e a Rússia incorrerem em custos políticos significativos pelos seus testes destrutivos de ASAT-AD anteriores; "aqueles que se abstiveram têm medo de ofender a Rússia, a China ou a Índia". Se os Estados que favorecem a moratória e a resolução estiverem estreitamente associados aos Estados Unidos, as suas ações podem ser entendidas apenas como um "voto dos Estados Unidos". Por conseguinte, a posição padrão de muitas delegações do MNA foi de não votar a favor - e se o fizeram, calculariam a necessidade de votar também a favor do projeto do tratado PPWT da China e da Rússia. O entrevistado também referiu o contexto em que o MNA é fortemente influenciado por alguns Estados com ressentimentos contra o Ocidente (por exemplo, Irã, Cuba e Venezuela), que por vezes estão mais alinhados com a China e a Rússia.

Enfocando agora o grupo de Estados que votaram contra a resolução, são citadas razões muito semelhantes entre eles. À semelhança da China e da Rússia, Cuba e Irã manifestaram a sua preocupação com a falta de um ILV e com o caráter restrito da resolução (Tabela 6, Grupo 4). Além disso, a China, a Rússia, Cuba e o Irã salientaram o dilema "Espada e Escudo" colocado por esta resolução (Tabela 6, Grupo 2). O seu argumento é que a resolução dá aos Estados Unidos, que já testaram com êxito a sua capacidade destrutiva de mísseis ASAT-AD (Tabela 6, Grupo 7), uma "espada" com a qual podem potencialmente atacar. De acordo com a lógica da dissuasão, dispor de uma tal capacidade serve também de "escudo", desencorajando os adversários a lançarem ataques por receio de retaliação. No entanto, ao tentar evitar mais testes através desta resolução, aos Estados que não atingiram o nível de capacidade dos Estados Unidos são negados os benefícios defensivos de ter um escudo (ou seja, o teste bem-sucedido de mísseis destrutivos ASAT-AD).

É uma questão de avaliar até que ponto o argumento da Espada e Escudo é válido para os Estados Unidos e outros Estados que descrevem a resolução como uma abordagem neutra em termos de capacidades que não restringe o desenvolvimento tecnológico. A resolução permite a realização de testes não destrutivos de ASAT-AD (por exemplo, testes de voo e sobrevoos deliberadamente próximos ao alvo), que poderiam proporcionar uma dissuasão tão robusta quanto os seus homólogos destrutivos. De fato, esta tem sido a abordagem da China após o seu teste destrutivo de ASAT-AD em 2007; a Rússia também realizou testes não destrutivos do seu sistema de mísseis ASAT antes do seu teste destrutivo em 2021[138]. Um alto funcionário de um Estado aliado dos EUA, que pediu anonimato, declarou que "os Estados Unidos estão muito interessados em preservar uma certa flexibilidade para operar no espaço", o que foi tido em conta na redação da resolução, que refere mísseis destrutivos de ascensão direta. A possibilidade aberta a um maior desenvolvimento das capacidades ASAT-AD tem dois sentidos.

A suspeita dos Estados que votaram contra a resolução era, na sua opinião, justificada pela retórica agressiva presente em alguns documentos de estratégia espacial dos Estados Unidos (Tabela 6, Grupo 6). Além disso, o entrevistado da China declarou que a China tem preocupações processuais e políticas relativas à forte retórica moral da resolução sobre o ~~comportamento~~ responsável versus irresponsável; que qualquer Estado é sensível a ser

138 Brian G Chow and Brandon W Kelley, 'U.S. Antisatellite Test Ban Reveals a New Approach for Security and Sustainability in Space', SpaceNews (12 May 2022) <https://spacenews.com/op-ed-u-s-antisatellite-test-ban-reveals-a-new-approach-for-security-and-sustainability-in-space/>.

castigado e julgado sob uma perspectiva moral (Tabela 6, Grupo 3).

Curiosamente, aspectos das razões acima citadas para a objeção também estavam presentes na argumentação dos Estados que favoreceram esta resolução. Em primeiro lugar, a limitação da medida é indiscutível - mas é geralmente entendida como um trampolim adequado para outras TCBMs normativas e/ou para o objetivo maior de um ILV sobre o PAROS. De fato, o seu enquadramento como um trampolim ajudou a conseguir a adesão dos Estados do MNA. Dado que a posição padrão do MNA é a favor dos ILVs, o número significativo de Estados do MNA que votaram a favor é possivelmente um sinal de uma dicotomia mais suave, na medida em que essa divisão existia desde o início. Como refere Ploughshare, "enquanto a maioria dos Estados apoiou o objetivo [de um ILV] sobre o PAROS, as normas foram vistas, na sua esmagadora maioria, como um passo em direção a esse acordo."[139]

Em segundo lugar, no que diz respeito aos testes destrutivos de ASAT-AD anteriores, enquanto a China e a Rússia citam explicitamente os testes anteriores dos Estados Unidos como razão para o seu ceticismo e objeção, os Estados Unidos, a República da Coreia e um entrevistado de um Estado ocidental que solicitou anonimato citaram o teste da Rússia de novembro de 2021 como um dos impulsos subjacentes à moratória e à resolução.

Terceiro, devido ao fato de esta resolução ter uma tendência politizada, é extremamente provável que os Estados ocidentais tenham sentido um impulso geopolítico para votar a favor. Por exemplo, o Canadá votou a favor devido às suas quase quatro décadas de oposição à destruição de objetos espaciais e à criação de detritos e também porque "o Canadá está empenhado em manter relações fortes e amigáveis com os seus aliados, o que é sempre um fator a ter em conta quando se assina resoluções".

Quanto ao processo que levou à resolução, entende-se que houve um esforço intenso por parte dos Estados Unidos para liderar e obter apoio para a moratória e a resolução. Os Estados Unidos forneceram *briefings* informativos sobre a razão pela qual os detritos espaciais eram uma ameaça para todos os Estados, e um entrevistado revelou que os Estados Unidos foram muito receptivos ao *feedback* durante as negociações, implementando muitas sugestões no texto final da resolução. Um outro entrevistado afirmou que "os americanos estavam determinados a conseguir a votação... [eles] aceitaram as sugestões de todos, então é difícil para os países dizerem não".

No seu conjunto, estes esforços foram muito apreciados pelos outros Estados. Mas a resolução não teria sido tão bem-sucedida se os Estados Unidos e alguns dos principais Estados do MNA não tivessem também despendido esforços para a promovê-la como não sendo geopolítica. A partir daí, quando um Estado do MNA se pronunciou a favor, o MNA deixou de ter uma posição padrão contra a resolução. Já não se podia pintar a situação como "Ocidente contra MNA". Além disso, como já foi referido, o sucesso da resolução é também atribuído à forma como ela considerou as preocupações dos Estados em desenvolvimento.

Em seguida, pareceu haver um desafio para garantir o apoio generalizado à moratória em comparação ao sucesso da resolução. Embora a resolução tenha recebido 155 votos a favor, apenas 37 Estados assumiram o compromisso formal. Notavelmente ausentes deste compromisso estão a Índia, a China e a Rússia - os únicos outros Estados que testaram mísseis destrutivos ASAT-AD e, como tal, cruciais para o sucesso desta iniciativa contra os testes destrutivos ASAT-AD. O especialista chinês manifestou dúvidas quanto ao fato destes compromissos representarem uma vontade de negociar um ILV, bem como preocupações mais amplas sobre a segurança e a dinâmica da corrida armamentista; o especialista russo declarou

139 Ploughshares, 'The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting' (n 23).

que os compromissos estão “notados”.

É igualmente digno de nota o fato de, no momento em que se escreve, todos os 37 compromissos formais terem sido assumidos exclusivamente por Estados ocidentais e aliados. A geopolítica é, sem dúvida, um fator. Como já foi referido, uma das razões que impedem os Estados do MNA de se comprometerem com o compromisso é o risco de serem julgados como estarem votando com e a favor dos Estados Unidos. Um motivo alternativo foi apresentado pelo representante sul-africano. Na sua opinião pessoal, é difícil para os Estados em vias de desenvolvimento compreenderem de forma abrangente as implicações técnicas e jurídicas da moratória. Como tal, é difícil para os delegados defenderem que a Capital assuma o compromisso, sendo a tomada de decisões igualmente difícil para a Capital (Tabela 4).

Corroborando este ponto, o representante de um Estado do MNA, que pediu anonimato, revelou que a maioria dos delegados na ONU, incluindo os do Sudeste Asiático, têm uma apreciação limitada desta questão. O espaço é visto como um domínio esotérico em que os seus Estados “não têm interesses em jogo”. Os diplomatas não compreendem bem o interesse dos seus Estados em limitar o perigo que os detritos espaciais representam para as infraestruturas espaciais. Assim, os diplomatas em Nova Iorque ou Genebra não costumam receber orientação técnica suficiente para participarem ativamente nas negociações. Consequentemente, na maior parte das vezes, os diplomatas em Genebra ou Nova Iorque acabam por procurar orientação na abordagem padrão do MNA. Em outras palavras, muitas vezes não se trata da posição da capital; trata-se simplesmente de diplomatas seguindo a posição padrão do MNA.

Além disso, o representante Sul-Africano sublinhou as disparidades entre os marcos tecnológicos e de desenvolvimento entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Afirmou que, neste contexto, a moratória poderia ser interpretada como um entrave ao desenvolvimento. “Porque também estamos a nos desenvolver, não devemos ser impedidos de chegar a um nível [similar]... ajudem-nos a chegar lá também”. O entrevistado expressou que, uma vez mais perto da paridade, os Estados em desenvolvimento serão mais capazes de compreender as perspectivas e preocupações dos Estados desenvolvidos.

Em conclusão, o relatório observa a emergência crescente de uma norma contra os testes destrutivos de mísseis antissatélite, com um ímpeto notável por trás desta iniciativa. Além disso, tendo em conta o elevado número de Estados a favor da resolução, parece haver uma dicotomia mais branda entre as duas abordagens de normas versus instrumentos legalmente vinculativos na abordagem da segurança espacial. Em seguida, vários entrevistados expressaram que a moratória e a resolução se tornaram extremamente politizadas. De um modo mais geral, estão muito preocupados com o clima geopolítico adverso que exacerba os impasses geopolíticos existentes na prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior. Neste contexto, o presente relatório observa, no entanto, que a moratória parece estar ganhando um apoio significativo. Além disso, os Estados em desenvolvimento carecem atualmente de conhecimentos técnicos e jurídicos abrangentes em duas frentes: os efeitos adversos dos ensaios destrutivos de ASAT-AD e as implicações técnicas e jurídicas da assunção de um compromisso. A falta de conhecimentos aprofundados a respeito foi citada como uma razão pela qual mais Estados não se comprometeram com a moratória.

Referências

Bowen, Bleddyn E, Original Sin: Power, Technology and War in Outer Space (Oxford University Press, 2023)

Almudena Azcárate Ortega & Victoria Samson (Eds.) 2023, "A Lexicon for Outer Space Security", UNIDIR, Geneva. https://doi.org/10.37559/WMD/23/Space/05.

Ploughshares, Recommendations by States from the Third Session of the United Nations Open-Ended Working Group on Reducing Space Threats (July 2023)

Ploughshares, The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the First Meeting (May 2022)

Ploughshares, The Open-Ended Working Group on Space Threats: Recap of the Second Meeting (September 2022)

Ploughshares, The Open-Ended Working Group on Space Threats, Recap of the Third Session (June 2023)

Brazil, 'First Committee - Thematic Debate 3 Outer Space (Disarmament Aspects) Statement by the Delegation of Brazil' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Brazil-C3-26-Oct.pdf>

Canada, 'Canadian Statement, Open-Ended Working Group on Reducing Space Threats First Session' (2022) <https://documents.unoda.org/wp-content/uploads/2022/05/Canada-General-Statement-for-Translators-OEWG-Space-Threats-Session-bilingual.pdf>

China, 'Working Paper Submitted by China to the Third Session of the UN Open-Ended Working Group on Reducing Space Threats Through Norms, Rules and Principles of Responsible Behaviours' (2022) <https://docs-library.unoda.org/Open-Ended_Working_Group_on_Reducing_Space_Threats_(2022)/202301~1.PDF>

Chow, Brian G and Brandon W Kelley, 'U.S. Antisatellite Test Ban Reveals a New Approach for Security and Sustainability in Space', SpaceNews (12 May 2022) <https://spacenews.com/op-ed-u-s-antisatellite-test-ban-reveals-a-new-approach-for-security-and-sustainability-in-space/>

Cuba, 'EXPLICACIÓN DE VOTO DE LA DELEGACIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA' (2022) <https://reachingcriticalwill.org/images/documents/Disarmament-fora/1com/1com22/statements/26Oct_Switzerland.pdf>

Cuba, 'Intervención de La Delegación de Cuba En El Debate Temático Sobre "Espacio Ultraterrestre (Aspectos de Desarme)".' (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Cuba-C3-26-Oct.pdf>

'Decision Not to Conduct Destructive, Direct-Ascent Anti-Satellite Missile Testing' <https://www.mofa.go.jp/press/release/press3e_000451.html>

European Union, 'EU Joint Contribution on the Works of the Open-Ended Working Group on Reducing Space Threats through Norms, Rules and Principles of Responsible Behaviours. Fourth Part: Recommendations on Possible Norms, Rules and Principles of Responsible Behaviour Relating to Threats by States to Space Systems' (June 2023) <https://docs-library.unoda.org/Open-Ended_Working_Group_on_Reducing_Space_Threats_-_(2022)/EU_joint_contribution_to_OEWG_works_on_norms_of_responsible_behaviours.pdf>

Foust, Jeff, ‘European Union Nations Join ASAT Testing Ban’, SpaceNews (24 August 2023) <https://spacenews.com/european-union-nations-join-asat-testing-ban/>

France, ‘Intervention de Mme Camille PETIT Ambassadrice, Représentante Permanente de La France Auprès de La Conférence Du Désarmement’ (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Statement_by_France.pdf>

‘General Assembly: 46th Plenary Meeting, 77th Session | UN Web TV’ (7 December 2022) <https://media.un.org/en/asset/k1j/k1jwh0t953>

Hitchens, Theresa, ‘EU Embraces Biden Administration’s Limited ASAT Test Ban as UN Meeting Looms’, Breaking Defense (17 August 2023) <https://breakingdefense.sites.breakingmedia.com/2023/08/eu-embraces-biden-administrations-limited-asat-test-ban-as-un-meeting-looms/>

Hitchens, Theresa, ‘US Call for Halting Kinetic Anti-Satellite Tests Gets Boost from UN Vote’, Breaking Defense (9 December 2022) <https://breakingdefense.sites.breakingmedia.com/2022/12/us-call-for-halting-kinetic-anti-satellite-tests-gets-boost-from-un-vote/>

Indonesia, ‘Draft Statement by the Republic of Indonesia on Behalf of the Non-Aligned Movement’ (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Statement_by_Indonesia.pdf>

KEYNOTE: Fireside Chat with Lt Gen John Shaw on the Future of Military Space Activities (Directed by Secure World Foundation, 16 June 2023) <https://www.youtube.com/watch?v=gUd6lmupyhI>

Malaysia, ‘Statement by H.E. Mr. Syed Mohd Hasrin Aidid, Permanent Representative of Malaysia to the UN, on Behalf of the Association of Southeast Asian Nations’ (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Statement_by_Malaysia.pdf>

Russian Federation, ‘Joint Statement on the Initiative on Undertaking Political Commitment Not to Conduct Destructive Direct-Ascent Anti-Satellite Missile Tests’ (26 October 2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Statement_by_Russian_Federation.pdf>

Russian Federation, ‘Statement by Mr. Konstantin VORONTSOV, Deputy Head of the Delegation of the Russian Federation’ (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Russia-C3-26-Oct-EN.pdf>

Russian Federation, ‘И Контроля Над Вооружениями МИД России К.В.Воронцова с Разъяснением Позиции По Проекту Резолюции «Испытания Противоспутниковых Ракет Прямого Перехвата» в Первом Комитете 77-й Сессии ГА ООН’ (2022) <https://reachingcriticalwill.org/images/documents/Disarmament-fora/1com/1com22/eov/L62_Russia.pdf>

Secure World Foundation, ‘Anti-Satellite Weapons’ (2022) <https://swfound.org/media/207392/swf-asat-testing-infographic-may2022.pdf>

Secure World Foundation, ‘SWF Releases New Infographic on Anti-Satellite Weapons and Space Sustainability’ (7 June 2022) <https://swfound.org/news/all-news/2022/06/swf-releases-new-infographic-on-anti-satellite-weapons-and-space-sustainability/>

SPOTLIGHT Talk: Audrey Schaffer - Why a Moratorium on Anti Satellite Testing Is Important (Directed by Secure World Foundation, 16 June 2023) <https://www.youtube.com/watch?v=Te1CN8343rw>

SPOTLIGHT Talk: Hyerin Kim - Why a Moratorium on Anti-Satellite Testing Is Important (Directed by Secure World Foundation, 16 June 2023) <https://www.youtube.com/watch?v=hoDffXa6zXU>

Sri Lanka, ‘Statement by Mr. Sugeeshwara Gunaratna Deputy Permanent Representative of Sri Lanka’ (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/Sri-Lanka-C3-26-Oct.pdf>

Switzerland, ‘Thematic Debate on Outer Space’ (2022) <https://reachingcriticalwill.org/images/documents/Disarmament-fora/1com/1com22/statements/26Oct_Switzerland.pdf>

The White House, ‘FACT SHEET: Vice President Harris Advances National Security Norms in Space’, The White House (19 April 2022) <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/04/18/fact-sheet-vice-president-harris-advances-national-security-norms-in-space/>

The White House, ‘Vice President Harris Advances National Security Norms in Space’, The White House (19 April 2022) <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/04/18/fact-sheet-vice-president-harris-advances-national-security-norms-in-space/>

UN Web TV, ‘First Committee, 27th Plenary Meeting - General Assembly, 77th Session’ (1 November 2022) <https://media.un.org/en/asset/k10/k10d5896y9>

UN Web TV, ‘First Committee, 28th Plenary Meeting - General Assembly, 77th Session | UN Web TV’ (1 November 2022) <https://media.un.org/en/asset/k1s/k1sgl6jv3z>

United Kingdom, ‘Thematic Debate on Outer Space (Disarmament Aspects) Statement by the United Kingdom’ (2022) <https://unoda-documents-library.s3.amazonaws.com/General_Assembly_First_Committee_-_Seventy-Seventh_session_(2022)/United-Kingdom-C3-26-Oct.pdf>

United States of America, ‘Aide-Memoire on Proposed UN General Assembly Resolution on Destructive Direct-Ascent Anti-Satellite Missile Testing’ (2022) <https://documents.unoda.org/wp-content/uploads/2022/09/A_AC294_2022_WP21_USA-ae.pdf>

Agradecimentos

Um agradecimento especial ao CHERI pelo seu apoio financeiro, que tornou possível este projeto de investigação, e ao Dr. Brian Weeden, da Secure World Foundation, pela sua inestimável orientação e mentoria durante o processo de investigação.

Sobre Ching Wei Sooi

Ching Wei Sooi é um profissional graduado no Programa de Segurança Espacial do Instituto das Nações Unidas para a Investigação sobre o Desarmamento (UNIDIR). Anteriormente, Ching Wei trabalhou no Gabinete das Nações Unidas para os Assuntos do Espaço Exterior como Estagiário de Gestão e Administração de Programas. A sua investigação para o relatório foi financiada pela CHERI, apoiada pela SWF, e efetuada anteriormente à sua passagem pelo UNIDIR. Tem um Bacharelado com foco em Ciência Política e Relações Internacionais; Direito e Sociedade; e Criminologia; e outro Bacharelado (com distinção) em Ciência Política e Relações Internacionais, ambos pela University of Western Australia. Ademais, frequentou o Curso Anual de Direito Espacial Estratégico da McGill University.

525 Zang Street, STE. D
Broomfield, CO 80021 USA
v : + 1 303 554 1560

1779 Massachusetts Ave. NW
Washington, DC 20036 USA
v : + 1 202 568 6212

e : info@swfound.org

SWF Publication: PP23.07

Published: 24.08